



CONTAS DE GOVERNO

*EXERCÍCIO
DE 2019*

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

01 – INTRODUÇÃO

1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado	5
1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis	8
1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais	13

02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP 16

03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS30

04 – ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS42

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa	43
4.2. Créditos a Curto Prazo.....	45
4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	48
4.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	56
4.5 Estoques.....	57
4.6 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	57
4.7 Créditos a Longo Prazo	58
4.8 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	62
4.9 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	66
4.10 Estoques.....	66
4.11 Investimentos.....	67
4.12 Imobilizado.....	75
4.12.1 Bens Móveis	75
4.12.2 Bens Imóveis	77
4.13 Intangível	80
4.14 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	81
4.15 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	82
4.16 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	84
4.17 Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	85
4.18 Obrigações de Repartições a Outros Entes	85
4.19 Provisões a Curto Prazo	86
4.20 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	86
4.21 Dívida Flutuante.....	91
4.22 Restos a Pagar	91
4.23 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	96
4.24 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	97
4.25 Fornecedores a Longo Prazo.....	98
4.26 Obrigações Fiscais a Longo Prazo.....	99

4.27 Provisões a Longo Prazo	100
4.28 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	100
4.29 Resultado Diferido	102
4.30 Patrimônio Líquido	103
4.31 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	105
4.31.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados.....	107
4.31.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	107
4.32 Resultado Patrimonial	108
4.33 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	111
4.34 Ativos e Passivos Contingentes	112
4.34.1 Passivos Contingentes.....	112
4.34.2 Ativos Contingentes	113
4.35 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial	114
4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	118
4.37 Resultado Orçamentário	118
4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário	122
4.39 Resultado da Execução Financeira.....	126
4.40 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro	129
4.41 Resultado dos Fluxos de Caixa.....	130
4.42 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	132
05 – LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	135
06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
07 – LISTA DE TABELAS	146
08 – LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	150

01 – Introdução

1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado

A Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à SUBCONT coordenar e normatizar os procedimentos contábeis dos atos e fatos da administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, orientando tecnicamente as Unidades de Contabilidade - UCT, supervisionando as atividades para padronização, racionalização e controle das ações.

É de sua competência também, elaborar, manter e aprimorar o plano de contas, os tipos, itens e operações patrimoniais a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.

Ainda nesse contexto, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado é responsável pela elaboração e divulgação da Prestação de Contas de Governo e do Balanço Geral do Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2019.

Quanto às Unidades de Contabilidade – UCT (denominada Assessoria de Contabilidade – ASSCON ou equivalentes), compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Certificar a regularidade da liquidação das despesas;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;
- Observar as instruções baixadas pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da SUBCONT e das UCT's são bastante distintas. Enquanto a SUBCONT tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as UCT's tem por competência a execução dessas atividades.

A estrutura Contábil do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2019 foi composta por 125 Unidades Gestoras, distribuída pelos seguintes tipos de Administração:

- * 42 órgãos da Administração Direta, compreendendo os Poderes, as Secretarias, dentre outras Unidades Gestoras especiais;
- * 34 Fundos;
- * 17 Autarquias;
- * 16 Fundações;
- * 05 Empresas Públicas e
- * 11 Sociedades de Economia Mista

Cabe mencionar também, que são evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por meio da equivalência patrimonial, pelos valores de suas respectivas participações, 04 Empresas Não Dependentes (CEDAE, CFSEC, IO e AGE-RIO) e 03 Empresas em Liquidação (DIVERJ, CELF, BD-RIO).

Com vistas a extrair com precisão os relatórios contábeis que integrarão a Prestação de Contas de Governo, assim como os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada a Portaria SUBCONT nº001 de 02 de Outubro de 2018, a qual revogou a Portaria CGE nº199 de 10 de Agosto de 2016, determinando às Assessorias de Contabilidade – ASSCON's a obrigatoriedade de emissão da Declaração Anual do Contador, a qual abrangerá as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) compostas pelas demonstrações enumeradas na Lei nº 4.320/1964 e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

A Declaração Anual do Contador deve ser encaminhada à SUBCONT em até 60 dias após o encerramento do exercício.

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Código	MNEMÔNICO	DESCRIÇÃO
046500	FRSCPER	FDO.DE REGULACAO SERV.CONCED.PERMIT. DO ERJ
050100	SEDC - Extinta	SEC.DE EST. DE DEFESA DO CONSUMIDOR - Extinta
070200	CEDAE ACOES DESC.	CEDAE - ACOES DESCENTRALIZADAS
120100	SEPLAG-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO - Em Extinção
120200	SEFAZ LOGISTICA	SUBSEC. DE REC. LOGISTICOS - SEFAZ-LOGISTICA
123100	IPERJ - Extinto	INST. DE PREV. DO ESTADO DO RJ - Extinto
124200	RJPREV	FUNDACAO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO ERJ
144100	FENORTE - Em Extinção	FUNDACAO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - Em Extinção
196100	FUNTERJ	FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
230100	SEDHSP-GS - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS - Extinta
244100	FEEMA - Em Extinção	FUNDACAO ESTADUAL DE ENG. DE MEIO AMBIENTE - Em Extinção
244200	IEF - Em Extinção	FUND. INST. ESTADUAL DE FLORESTAS - Em Extinção
244300	SERLA - Em Extinção	FUND. SUPER. EST. DE RIOS E LAGOAS - Em Extinção
266100	ACADEPOL	FUNDO ESPECIAL DA ACADEPOL
266200	SECSP-FUNESPOL	FUNDO ESPECIAL DA POLICIA CIVIL - FUNESPOL
280100	SEJDC - Extinta	SEC.DE ESTADO DE JUSTICA DEFESA DO CONSUMIDOR - Extinta
300200	FUNRIO	FUNDO DE FOMENTO AO TRABALHO RENDA E CREDITO.
306100	FEFEPS	Fundo Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária
320100	SEASDH - Em Extinção	SEC.EST.DE ASSIST. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - Em Extinção
320200	SUBSEC.JUST/DIR.HUM - Em Extinção	SUBSECRETARIA DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - Em Extinção.
326400	FUPDE	FDO DE POLIT.INTEGR. PESS. PORT. DEFICENCIA
350100	SEINPE-Extinta	SEC EST DE ENERGIA DA IND NAVAL E DO PETROLEO - Extinta
370300	EGE-PREC.JUDICIAIS.	ENCARGOS GERAIS - PRECATORIOS JUDICIAIS/SEFAZ
410100	SEDEB - Extinta	SEC DE ESTADO DE DESENV DA BAIXADA FLUMINENSE - Extinta
420100	SEIJ - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO _INFANCIA E JUVENTUDE - Extinta
460100	SEC. ENV. QUAL.VIDA-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO ENVELH. QUALID. DE VIDA.-Em Extinção
470100	SEPROCON - Em Extinção	SECRETARIA ESTADO PROTECAO DEFESA CONSUMIDOR - Em Extinção
480100	SEPREVDEPQ - Em Extinção	SECRETARIA ESTADO PREV. DEPENDENCIA QUIMICA - Em Extinção
486100	FESPREN	FUNDO DE PREV. FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES
999900	TESOURO ESTADUAL	TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
999901	SUTES	SUTES
999902	SUCOMF	SUCOMF

Ainda no sentido de aprimorar as informações apresentadas, consoante o Decreto nº 46.566 de 01 de fevereiro de 2019, art. 20, §§ 3º e 4º, foi determinado aos órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundos Especiais que, dentro do prazo estabelecido para o bloqueio de cada mês, devem estar com as Validações Contábeis referentes às inconsistências regularizadas, sendo que a não observância implica em suspensão automática no documento Nota de Empenho – NE do sistema SIAFE-Rio até a sua total regularização.

1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis

Com base nos dados extraídos do SIAFE-Rio são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas, por poder e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

- a. sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b. sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c. úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07 de 18 de Dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877 de 18 de Dezembro de 2018, além das Demonstrações Contábeis por Tipo de Administração e por Poder; as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis consolidadas e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

Nas demonstrações consolidadas de 2019, as transações INTRA-OFSS não foram totalmente eliminadas, devido à dificuldade na compatibilização das transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Neste Volume, os saldos intragovernamentais que foram eliminados quando da consolidação dos balanços estão apresentados no item 03 - Principais Práticas Contábeis.

O Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

De forma a complementar as informações, são apresentados no Volume 3 os demais Demonstrativos Contábeis e Relatórios Gerenciais, tais como: os anexos da Lei nº 4.320/64, Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa, Outorgas de Concessão, Execução de Restos a Pagar, Precatórios e Resultados Orçamentário e Primário.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:

Balanço Patrimonial – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo – Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante – Devem ser assim classificados quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Passivo – Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante – Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis

Patrimônio Líquido – Corresponde à participação residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit/ Déficit Financeiro – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei n º 4.320/1964.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Social e Capital Social - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Reservas de Capital - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.

Demais Reservas - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Participação de não Controladores - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Contas de Compensação – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanço Orçamentário – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Balanço Financeiro – Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – Contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais

O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2011 no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, implantando novos procedimentos de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante esse período, muito se avançou, e pode-se destacar a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª edição (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e a identificação e mensuração dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. Diversas rotinas já foram modificadas, em consequência do reconhecimento de ativos e passivos pelo regime de competência, e outras ainda estão em processo de implantação.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade

com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23/09/2016 e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Dando sequência ao processo, a STN publicou a Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, e estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais). Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	

LEGENDA:

Implantado - O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e do MCASP vigentes.

Em implantação - Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

Não iniciado - Estudos ainda serão iniciados.

02 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

RS Mil

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2019	2018	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2019	2018	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	10.046.914	7.225.685	39,04	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.14	6.256.122	5.510.440	13,53
Créditos a Curto Prazo	4.2	3.392.134	3.440.220	(1,40)	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.15	34.778.674	4.770.932	628,97
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.3	24.733.906	22.563.975	9,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.16	12.976.656	13.144.633	(1,28)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.4	1.839.989	1.475.052	24,74	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.17	867.982	581.349	49,30
Estoques	4.5	728.343	891.637	(18,31)	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.18	4.136	4.138	(0,05)
VPD Pagas Antecipadamente	4.6	1.980	702	181,92	Provisões a Curto Prazo	4.19	255.021	232.001	9,92
Total do Ativo Circulante		40.743.267	35.597.270	14,46	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.20	10.438.282	11.529.638	(9,47)
					Total do Passivo Circulante		65.576.873	35.773.131	83,31
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		47.137.050	221.868.889	(78,75)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.23	3.692.415	3.323.155	11,11
Créditos a Longo Prazo	4.7	44.337.399	41.213.800	7,58	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.24	126.774.592	144.894.537	(12,51)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.8	2.742.779	180.598.218	(98,48)	Fornecedores a Longo Prazo	4.25	1.428.846	888.124	60,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.9	473	473	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.26	1.113.716	1.575.397	(29,31)
Estoques	4.10	56.399	56.399	0,00	Provisões a Longo Prazo	4.27	20.754.360	194.405.774	(89,32)
Investimentos	4.11	12.432.639	11.635.325	6,85	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.28	8.860.412	9.070.898	(2,32)
Imobilizado	4.12	31.740.401	30.871.912	2,81	Resultado Diferido	4.29	10.999.312	11.041.461	(0,38)
Intangível	4.13	160.681	136.927	17,35	Total do Passivo Não-Circulante		173.623.652	365.199.346	(52,46)
Total do Ativo Não-Circulante		91.470.771	264.513.052	(65,42)					
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
						4.30.1	(33.257.703)	(33.257.703)	(0,00)
							487.856	487.856	0,00
							4.227.827	4.418.800	(4,32)
							10.339	10.339	(0,00)
							46.384	46.538	(0,33)
						4.30.2	(78.671.469)	(72.602.013)	8,36
							(5.696.627)	(2.663.238)	113,90
							-	(9)	(100,00)
							-	(10.922)	(100,00)
							-	(129)	(100,00)
							-	(43)	(100,00)
							(72.390.809)	(51.170.459)	41,47
						4.31	(584.033)	(18.757.213)	(96,89)
							170.280	34.030	400,38
							(106.986.486)	(100.862.154)	6,07
TOTAL DO ATIVO		132.214.039	300.110.323	(55,94)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.214.039	300.110.323	(55,94)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64
(conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2019	2018
ATIVO (I)			
ATIVO FINANCEIRO		13.212.463	10.070.891
ATIVO PERMANENTE		119.001.575	290.039.432
TOTAL ATIVO		132.214.039	300.110.323
PASSIVO (II)			
PASSIVO FINANCEIRO	4.21	21.729.280	21.931.513
PASSIVO PERMANENTE		217.878.872	379.406.978
TOTAL PASSIVO		239.608.152	401.338.491
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(107.394.113)	(101.228.168)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	AH(%)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias recebidas	77	77	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	1.524.611	20.407.602	- 92,53
Direitos Contratuais	-	214.514	- 100,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	1.524.688	20.622.193	- 92,61
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias concedidas	78.949	73.352	7,63
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	-	14.082.289	- 100,00
Obrigações contratuais	47.733.123	64.269.534	- 25,73
Total dos Atos Potenciais Passivos	47.812.073	78.425.175	- 39,03

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		2019	2018
081	DDO - Depósitos de Diversas Origens	(822.097)	(820.499)
085	Fonte Genérica	61.301	12.569
100	Ordinários Provenientes de Impostos	(13.668.645)	(14.464.169)
101	Ordinários Não Provenientes de Impostos	(1.079.349)	(6.587.092)
102	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.	(56.815)	36.128
103	Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	95.260	188.416
104	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	807.777	227.511
105	Salário Educação	206.290	136.382
107	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(42.860)	511.882
108	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	(16.911)	-
111	Operações de Crédito	1.371.092	1.626.600
120	Ressarcimento de Pessoal	253.068	215.177
122	Adicional do ICMS - FECP	(2.199.170)	2.548.831
126	Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	3.616	293
132	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	8.329	27.035
133	Alienações de Bens	(97.933)	(2.026.045)
188	Repasses constitucionais aos municípios.	4	(25.206)
189	Ingressos a Classificar	0	(0)
190	Depósitos Judiciais Tributários	49.021	49.021
191	Depósitos Judiciais não Tributários	363.228	495.000
192	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	13.266	172.068
193	Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.100	-
195	Operações Oficiais de Fomento	11.764	8.132
212	Transferências Voluntárias	181.705	216.405
214	Transferências do PAC	51.363	69.173
215	Transferências do FUNDEB	34.896	83.140
218	Transferências Intraorçamentárias	122.113	103.221
223	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(8.830)	(102.292)
224	Transferências Legais Recebidas da União	202.505	152.935
225	Sistema Único de Saúde - SUS	326.168	83.238
230	Recursos Próprios	3.064.034	3.010.801
231	Recursos Próprios do Rioprevidência	279.343	268.936
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.173.736	1.640.504
233	Alienações de Bens	31.332	30.916
234	Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	468.712	-
297	Conservação Ambiental	209.200	90.566
999	A definir	353	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		(8.582.037)	(12.020.422)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

R\$ Mil

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>		
Impostos	57.038.392	67.372.714
Taxas	2.870.135	2.782.588
	59.908.527	70.155.302
<u>Contribuições</u>		
Contribuições Sociais	3.045.536	5.297.539
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
	3.045.536	5.297.539
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>		
Venda de Produtos	26.049	67.204
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	712.608	1.150.279
	738.657	1.217.484
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	174.672	161.357
Juros e Encargos de Mora	523.518	689.718
Variações Monetárias e Cambiais	13.509.435	6.431.217
Descontos Financeiros Obtidos	1.908	2.175
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	614.996	415.307
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	176.359	1.867.230
	15.000.887	9.567.004
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>		
Transferências Intragovernamentais	0	447.974
Transferências Intergovernamentais	27.248.048	11.750.334
Transferências das Instituições Privadas	28.965	33.310
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	695
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	36	-
Transferências de Pessoas Físicas	34.422	1.653
	27.311.471	12.233.966

Valorização e Ganhos Com Ativos		
Reavaliação de Ativos	83.607	68.923.377
Ganhos com Alienação	252	421
Ganhos com Incorporação de Ativos	56.951	160.552
Ganhos com Desincorporação de Passivos	84.284	104.078
Reversão de Redução a Valor Recuperável	72.194	2.661
	297.288	69.191.089
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
VPA a classificar	201	3.176
Resultado Positivo de Participações	1.224.125	112.765
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	313.662.136	15.876.941
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	8.548.595	3.137.556
	323.435.056	19.130.438
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	429.737.423	186.792.822
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	18.212.424	17.619.445
Encargos Patronais	330.988	2.879.641
Benefícios a Pessoal	1.777.482	1.604.266
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	680.418	1.232.925
	21.001.311	23.336.278
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	15.885.867	14.724.708
Pensões	4.625.336	4.437.137
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	39.860	104.128
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	409.983	347.337
	20.961.045	19.613.310
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	1.784.385	538.440
Serviços	6.932.844	7.179.499
Depreciação, Amortização de Exaustão	184.666	154.939
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
	8.901.894	7.872.878
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	128.787	126.836
Juros e Encargos de Mora	79.977	31.527
Variações Monetárias e Cambiais	21.099.887	17.951.374
Descontos Financeiros Concedidos	3	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	38	77
	21.308.693	18.109.813

Transferências e Delegações Concedidas		
Transferências Intragovernamentais	-	447.785
Transferências Intergovernamentais	32.945.243	20.783.023
Transferências a Instituições Privadas	2.487	7.762
Transferências a Instituições Multigovernamentais	64	274
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
	32.947.793	21.238.845
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	172.934.352	15.769.329
Perdas com Alienação	6.581	118.226
Perdas Involuntárias	70.528	23.478
Incorporação de Passivos	5.831.675	5.779.845
Desincorporação de Ativos	922.981	798.615
	179.766.116	22.489.494
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	64.688	15.772
Contribuições	665.018	691.578
	729.706	707.350
Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	-	-
Custo de Produtos Vendidos - CPV	867	539
	867	539
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	84.346	73.946
Resultado Negativo de Participações	103.448	494.312
Incentivos	261.163	257.927
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	139.842.560	70.172.298
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.525.106	5.089.070
	149.816.623	76.087.553
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	435.434.050	189.456.060
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(5.696.627)	(2.663.238)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019

RS Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.257.703)	487.856	4.418.800	10.339	46.538	(72.602.013)	34.030	(100.862.154)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(584.033)	-	(584.033)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(207.770)	-	-	-	-	(207.770)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(5.696.627)	-	(5.696.627)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	16.797	-	(154)	211.204	-	227.848
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	136.251	136.251
Saldos Finais	(33.257.703)	487.856	4.227.827	10.339	46.384	(78.671.469)	170.281	(106.986.486)


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronald Matoso G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019

RS Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	67.401.839	67.280.699	68.913.075	1.632.376
Receita Tributária	36.599.557	36.368.137	35.712.832	(655.304)
Receita de Contribuições	6.225.124	6.225.124	7.094.820	869.695
Receita Patrimonial	14.523.243	13.673.620	14.014.585	340.965
Receita Agropecuária	324	324	3	(321)
Receita Industrial	145.791	145.791	33.647	(112.144)
Receita de Serviços	1.052.379	1.055.467	925.203	(130.264)
Transferências Correntes	6.635.557	7.426.803	7.048.099	(378.705)
Outras Receitas Correntes	2.219.865	2.385.434	4.083.888	1.698.454
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.969.434	949.927	726.060	(223.867)
Operações de Crédito	4.370.413	122.546	54.998	(67.548)
Alienação de Bens	150.041	150.041	5.486	(144.554)
Amortizações de Empréstimos	89.990	318.350	395.462	77.112
Transferências de Capital	358.990	358.990	42.047	(316.943)
Outras Receitas de Capital	-	-	228.066	228.066
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	72.371.274	68.230.626	69.639.135	1.408.509
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	72.371.274	68.230.626	69.639.135	1.408.509
DÉFICIT (VII)	8.002.595	18.470.969	-	(18.470.969)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	80.373.869	86.701.595	69.639.135	(17.062.460)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	2.101.016	-	-
Superávit Financeiro	-	2.101.016	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019

RS Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	71.965.158	77.096.446	64.870.270	64.536.094	60.630.929	12.226.175
Pessoal e Encargos Sociais	47.213.059	51.148.034	45.032.524	45.018.794	42.791.067	6.115.510
Juros e Encargos da Dívida	339.741	144.802	128.361	128.361	128.358	16.441
Outras Despesas Correntes	24.412.357	25.803.610	19.709.385	19.388.939	17.711.504	6.094.225
DESPESAS DE CAPITAL (X)	8.056.429	9.254.007	2.072.341	2.012.670	1.883.886	7.181.666
Investimentos	7.435.539	8.054.985	1.030.039	970.368	844.690	7.024.945
Inversões Financeiras	112.520	358.056	254.176	254.176	251.118	103.880
Amortização da Dívida	508.370	840.966	788.126	788.126	788.077	52.840
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	343.800	342.660	-	-	-	342.660
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	80.365.387	86.693.113	66.942.612	66.548.764	62.514.815	19.750.502
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / FINANCIAMENTO (XIV)	8.482	8.482	8.435	8.435	8.435	(47)
Amortização da Dívida Interna	8.482	8.482	8.435	8.435	8.435	(47)
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	8.482	8.482	8.435	8.435	8.435	(47)
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ FINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	80.373.869	86.701.595	66.951.046	66.557.199	62.523.250	19.750.549
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.688.089	-	-	(2.688.089)
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	80.373.869	86.701.595	69.639.135	66.557.199	62.523.250	17.062.460

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2019

R\$ Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.880	276.394	156.853	156.410	119.088	3.776
Pessoal e Encargos Sociais	316	11.372	8.066	8.040	3.622	26
Outras Despesas Correntes	2.564	265.023	148.787	148.370	115.466	3.750
DESPESAS DE CAPITAL	12.922	80.255	44.004	43.864	35.632	13.681
Investimentos	12.922	80.255	44.004	43.864	35.632	13.681
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15.803	356.650	200.857	200.274	154.721	17.458

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2019

R\$ Mil

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)			
DESPESAS CORRENTES	9.864.466	7.217.134	4.106.602	131.781	12.843.218
Pessoal e Encargos Sociais	819.654	2.305.280	2.337.371	12.451	775.112
Juros e Encargos da Dívida	-	8	-	-	8
Outras Despesas Correntes	9.044.812	4.911.847	1.769.231	119.329	12.068.098
DESPESAS DE CAPITAL	913.729	459.422	55.921	13.331	1.303.899
Investimentos	905.017	459.035	55.663	12.875	1.295.514
Inversões Financeiras	8.121	-	242	456	7.423
Amortização da Dívida	591	387	16	-	963
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	10.778.195	7.676.556	4.162.523	145.111	14.147.117


Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Os Restos a Pagar inscritos na condição de Não Processados que tenham sido liquidados em exercício anterior estão incluídos neste quadro na coluna de inscritos (b).



Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4



Ronald Matos G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8



Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

R\$ Mil

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receita Orçamentária (I)	69.639.135	69.352.345	Despesa Orçamentária (VI)	66.951.046	66.698.956
Ordinária	37.998.728	36.641.228	Ordinária	36.603.816	35.375.153
Ordinários Provenientes de Impostos	28.274.858	28.522.660	Ordinários Provenientes de Impostos	28.013.160	29.223.122
Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.103.066	514.809	Ordinários Não Provenientes de Impostos	969.010	298.474
Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	223.344	227.886	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	977.030	-
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.868.247	1.819.355	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF	1.698.288	217.970
Ressarcimento de Pessoal	103.107	110.959	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.967.300	1.279.002
Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.506.679	2.757.045	Ressarcimento de Pessoal	65.253	39.516
Transferências Legais Recebidas da União	147.528	164.269	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.298.322	2.330.299
Recursos Próprios	2.811.816	2.524.246	Transferências Legais Recebidas da União	98.068	134.096
Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	960.083	-	Recursos Próprios	2.023.984	1.852.674
Vinculada	31.640.407	32.711.117	Vinculada	30.347.230	31.323.803
DDO - Depósitos de Diversas Origens	9	17	Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	933.093	1.507.400
Fonte Genérica	-	-	Salário Educação	262.273	325.793
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	1.468.023	1.798.336	Operações de Crédito	54.335	463.117
Salário Educação	331.997	372.518	Adicional do ICMS - FECP	4.002.532	4.026.287
Operações de Crédito	61.661	1.089.842	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	26.409	48.953
Adicional do ICMS - FECP	4.051.592	4.742.628	Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	1.132.104	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	29.740	49.684	Depósitos Judiciais não Trib. - LC. 147/2013	131.771	1.004.970
Alienações de Bens	628	478	Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	6.732	-
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	1.153.204	-	Transferências Voluntárias	156.345	263.060
Operações Oficiais de Fomento	3.632	5.842	Transferências do PAC	33.082	158.098
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	475.444	-	Transferências do FUNDEB	2.799.703	2.673.366
Transferências Voluntárias	112.150	192.225	Transferências Intraorçamentárias	74.454	60.654
Transferências do PAC	20.544	25.372	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	353.792	368.366
Transferências do FUNDEB	2.751.459	2.756.528	Sistema Único de Saúde - SUS	549.969	799.521
Transferências Intraorçamentárias	92.187	95.587	Recursos Próprios do Rioprevidência	19.179.167	19.487.892
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	443.606	482.644	Royalties p/ Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	651.113	136.326
Sistema Único de Saúde - SUS	785.188	830.457	Conservação Ambiental	356	-
Recursos Próprios do Rioprevidência	19.195.111	19.937.341			
Royalties p/ Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	545.242	324.743			
Conservação Ambiental	118.990	6.874			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	149.657.930	146.949.246	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	147.678.886	148.574.562
DÍVIDA FLUTUANTE	36.575.540	27.832.017	DÍVIDA FLUTUANTE	35.537.532	25.998.964
Consignações	10.494.943	10.268.662	Consignações	9.518.684	8.880.490
Depósitos de Diversas Origens	21.650.599	9.528.326	Depósitos de Diversas Origens	21.649.466	9.289.817
Credores Entidades e Agentes	2.201	1.823	Credores Entidades e Agentes	6.587	1.928
Restos a Pagar Processados - Inscrição	4.033.949	7.676.556	Restos a Pagar Processados	4.162.523	7.610.066
Restos a Pagar não Processados - Inscrição	393.848	356.650	Restos a Pagar Não Processados	200.274	216.219
			Restos a Pagar - Dec. 40.874/07 e 41.377/08	-	370
			Serviço da Dívida	-	-
			Sentenças Judiciais Anteriores a 2015	-	73
OUTRAS OPERAÇÕES	113.082.390	119.117.229	OUTRAS OPERAÇÕES	112.141.353	122.575.598
Valores em Trânsito Realizáveis	52.465.395	62.277.964	Valores em Trânsito Realizáveis	54.962.444	62.208.392
Recursos Vinculados	7.944	17.130	Recursos Vinculados	6.920	21.543
Incorporação Disponibilidade Financeira	4.290	16	Desincorporação Disponibilidade Financeira	43.721	81.577
Desincorporação de Obrigações	-	3	Incorporação de Obrigações	40	8
Depósito de Diversas Origens	264.032	4.617	Credores - Entidade e Agentes	-	-
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	335.171	134.509	Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	199.461	169.461
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	5.584.642	6.253.332	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	912.494	2.519.492
Investimentos e Aplicações Temporárias	1.475.052	733.248	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	26.212	15.364
Recursos a Ressarcir	1.500.000	-	Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	2.781.443	-
VPA a Classificar	51.126.167	49.696.410	Investimentos e Aplicações Temporárias	-	6.384.231
Recursos a Receber - Arrestos e Sequestros Judiciais	319.261	-	Depósitos de Diversas Origens	263.042	1.475.052
Tributos a Compensar	436	-	VPA a Classificar	51.125.822	892
			Recursos a Receber - Arrestos e Sequestros Judiciais	1.819.261	-
			Tributos a Compensar	493	49.699.586
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	8.281.472	9.393.570	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	12.948.606	10.421.643
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.225.685	8.884.528	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.046.914	9.365.856
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.055.787	509.041	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.061.703	1.055.787
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.839.989	-
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	227.578.538	225.695.161	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	227.578.538	225.695.161

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Controlador - CRC-RJ-074688/O-4


Ronaldo Matoso G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Controlador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Controladora - CRC-RJ-115174/O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2019 e 31/12/2018

R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NOTA	2019	2018
INGRESSOS		154.604.005	151.819.078
Receitas derivadas e originárias	1FC	61.864.977	60.121.918
Transferências correntes recebidas	2FC	7.048.098	6.013.917
Outros ingressos operacionais		85.690.930	85.683.243
DESEMBOLSOS		150.610.244	152.710.913
Pessoal e demais despesas	3FC	55.260.420	56.996.320
Juros e encargos da dívida	4FC	128.358	119.924
Transferências concedidas	2FC	9.598.676	7.532.445
Outros desembolsos operacionais		85.622.790	88.062.225
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		3.993.761	(891.836)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2019	2018
INGRESSOS		400.949	1.999.737
Alienação de Bens		5.486	1.874.999
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		395.462	124.738
DESEMBOLSOS		1.102.064	1.372.652
Aquisição de Ativo Não Circulante		927.970	987.269
Concessão de empréstimos e financiamentos		392	2.079
Outros Desembolsos de Investimentos		173.702	383.305
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(701.115)	627.085

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2019	2018
INGRESSOS		325.111	1.216.773
Operações de Crédito		54.998	1.088.515
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		228.066	-
Transferências de Capital Recebidas		42.047	128.258
DESEMBOLSOS		796.528	470.694
Amortização / Refinanciamento da Dívida		653.070	324.120
Outros Desembolsos de Financiamento		143.457	146.574
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		(471.416)	746.079
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		2.821.230	481.328
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		7.225.685	8.884.528
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		10.046.914	9.365.856

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Obs.: Neste exercício, na linha CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL, foi expurgado o valor de R\$ 2.140.171 mil (saldos de 2018 das contas 11112.20.02 e 11112.20.03) não expurgado no exercício de 2018, motivo pelo qual o CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL DE 2018 difere do CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL de 2019. Cabe observar que este valor foi expurgado no **Balanco Patrimonial** daquele exercício na linha CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.*

R\$ Mil

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2019	2018
Receita Tributária	35.712.832	36.159.942
Receita de Contribuições	7.094.820	7.220.414
Receita Patrimonial	13.213.245	13.083.301
Receita Agropecuária	3	53
Receita Industrial	33.647	60.078
Receita de Serviços	925.203	977.785
Remuneração das Disponibilidades	801.340	423.289
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.083.888	2.197.056
Total das Receitas Derivadas e Originárias	61.864.977	60.121.918

R\$ Mil

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2019	2018
Intergovernamentais	4.306.053	3.236.293
da União	4.244.931	3.190.661
de Estados e Distrito Federal	10.517	2.502
de Municípios	50.605	43.130
Intragovernamentais	- 0	1.886
Multigovernamentais	-	-
Outras transferências correntes recebidas	2.742.046	2.775.738
Total das Transferências Recebidas	7.048.098	6.013.917
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	2.009.265	1.203.840
da União	688.849	914.859
de Municípios	1.320.417	288.981
Intragovernamentais	7.186.401	5.936.348
Outras transferências concedidas	403.010	392.256
Total das Transferências Concedidas	9.598.676	7.532.445

R\$ Mil

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2019	2018
Legislativa	1.285.720	1.299.519
Judiciaria	3.936.299	3.912.534
Essencial a Justica	2.389.333	2.198.764
Administracao	3.515.673	3.450.111
Seguranca Publica	9.698.880	9.706.536
Assistencia Social	92.144	194.090
Previdencia Social	21.416.150	22.571.842
Saude	4.364.518	3.905.837
Trabalho	25.121	18.633
Educacao	5.792.565	6.720.067
Cultura	95.646	140.813
Direitos da Cidadania	81.197	85.440
Urbanismo	33.951	216.327
Habitacao	85.560	63.010
Saneamento	15.384	1.378
Gestao Ambiental	173.477	175.282
Ciencia e Tecnologia	201.909	220.321
Agricultura	293.144	260.456
Organizacao Agraria	9.711	11.464
Industria	54.753	75.902
Comercio e Servicos	246.102	290.995
Comunicacoes	8.328	49.903
Transporte	350.284	629.276
Desporto e Lazer	25.328	39.084
Encargos Especiais	1.069.242	758.736
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	55.260.420	56.996.320

R\$ Mil

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2019	2018
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	82.831	90.316
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	45.526	29.607
Total dos Juros e Encargos da Dívida	128.358	119.924


Celso de Brito Borba
Coordenador - ID: 2.071.568-4
Contador - CRC-RJ-074698/O-4


Ronald Matias G. Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Stephanie Guimarães da Silva
Subsecretária de Estado - ID: 4.412.059-1
Contadora - CRC-RJ-115174/O-0

03 – Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.

A Subsecretaria de Patrimônio Imóvel da Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou à Subsecretaria de Contabilidade Geral as avaliações dos imóveis próprios estaduais extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento ao artigo 11, inciso VIII, letra a e b do Decreto Estadual nº 46.816 de 01/11/2019.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo, os bens móveis adquiridos a partir desta data passam a ser depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no Anexo I desta Portaria e atualizações posteriores, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, ficou estabelecido cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis.

O Sistema Patrimonial Único está em desenvolvimento, sendo assim, o cálculo da depreciação ainda é feito através de planilha em Excel, com fórmulas específicas e bloqueadas para que não ocorram alterações por parte dos usuários.

g) Intangível

Compreende o ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado, alterada pela Portaria CGE nº 201/2016. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis.

h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Conforme os ditames do Decreto de Encerramento do Exercício, a Procuradoria Geral do Estado deve encaminhar anualmente a esta Subsecretaria de Contabilidade Geral os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida, bem como o Relatório dos cálculos do Ajuste a Valor Recuperável, para fins de atualização dos registros contábeis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2019, exceto aqueles referentes ao exercício de 2014, cancelados por força do Decreto Estadual nº 46.816 de 01/11/19, do art. 7º, concordante com o Art. 206, § 5º, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Os Restos a Pagar Não Processados, em 2019, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes. Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 6º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2019 e os procedimentos operacionais solicitados através do SIAFE-Rio.

Quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2019, a Subsecretaria de Contabilidade Geral publicou a Portaria SUBCONT nº 008 de 03 de Fevereiro de 2020, aprovando as inscrições.

j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos (vide item 11, parte III, do Volume 1).

Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.

Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2019.

l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2019, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

n) Consolidação de Balanços

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridade dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.

Do saldo do “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, neste exercício, foram expurgados os saldos

INTRA. Cabe observar que no exercício anterior não foi efetuado este expurgo e foi motivo de determinação do TCE-RJ .

Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes das contas excluídas das referidas demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial:

A Parte I do quadro engloba os saldos ativos e passivos de Órgãos/Entidades intragovernamentais, que são eliminados com a finalidade de evitar duplicidades. Cabe destacar que foram realizados apenas os expurgos dos saldos das contas com atributo “Permanente”.

EXPURGOS INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

PARTE I							
CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF IGUAIS = "P"							
Conta	ISF	Descrição	2019	Conta	ISF	Descrição	2019
1.1.1.1.2.20.02	P	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	673.397	2.1.8.9.2.40.02	P	RECURSOS BLOQUEADOS (ALIBERAR) POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	673.397
1.1.1.1.2.20.03	P	VALORES A RECEBER POR ARRESTO	117.302	2.1.8.9.2.40.03	P	RECURSOS ALIBERAR POR MANDADO DE ARRESTO	117.302
1.1.2.3.2.09.04	P	CRÉDITO DE DUODÉCIMO A RECEBER	6.078	2.1.8.9.2.01.12	P	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	6.078
1.1.3.2.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RPPS A COMPENSAR	29.148	2.1.4.2.2.14.01	P	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RPPS A COMPENSAR - CIVIL	23.283
				2.1.4.2.2.14.02	P	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RPPS A COMPENSAR - MILITAR	5.865
1.1.3.5.2.01.02	P	BLOQUEIOS BANCARIOS A RECEBER	2.075	2.1.8.9.2.01.07	P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - BLOQUEIO BANCÁRIO DE CONVÊNIOS	2.075
1.2.1.1.2.01.01	P	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER LP - INTRA OFSS	1.065.917	2.2.8.9.2.01.05	P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	1.065.917
1.2.1.1.2.09.01	P	CRÉDITO DE DUODÉCIMO A RECEBER	11.143	2.2.8.9.2.01.04	P	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	11.143
1.2.1.1.2.10.01	P	RECURSOS A RECEBER DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.500.000	2.2.8.9.2.01.13	P	RECURSOS A RESSARCIR DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.500.000
1.2.1.2.2.98.01	P	CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS	1.366.631	2.2.2.3.2.99.01	P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	1.366.631
1.2.1.2.2.98.06	P	CREDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP A LONGO PRAZO	197.246	2.2.8.9.2.01.06	P	CREDORES ENTIDADES/AGENTES DO FDP NO LONGO PRAZO	197.246
1.2.1.2.2.98.07	P	VALORES A RECEBER BENS CEDIDOS	668	2.2.8.9.2.01.14	P	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	668
TOTAL DO ATIVO EXPURGADO			4.969.606	TOTAL DO PASSIVO EXPURGADO			4.969.606

Já a Parte II do quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.

EXPURGOS INVEST. AVALIADOS PELA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL / PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS

RS M\$

Parte II					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2019	Conta	Descrição	2019
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	1.424.215	2.2.8.9.1.01.03	Perdas e Deságios em Investimentos	1.101.543
1.2.2.9.1.01.01	Ajustes para Perdas em Investimentos	(659.404)		Expurgos do PL das Sociedades Investidas	(166.451)
			2.3.1.0.0.00.00	Patrimônio Social e Capital Social	10.212.028
			2.3.3.0.0.00.00	Reservas de Capital	1.908.752
			2.3.4.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.453
			2.3.5.0.0.00.00	Reservas de Lucros	14.605
			2.3.6.0.0.00.00	Demais Reservas	46.533
			2.3.7.0.0.00.00	Resultados Acumulados	(12.391.823)
				Resultado do exercício (VPA-VFD)	
				Participações Mnoritários	(170.280)
TOTAL		764.811			764.811

Fonte: SIAFE-Rio

*Considerar os saldos do mês de Dezembro e realizar a apuração do resultado do exercício antes da destinação para reserva legal e dividendos

Algumas contas já conciliadas não foram eliminadas do Balanço Patrimonial, pois seus atributos diferem entre Financeiro e Permanente. Este expurgo comprometeria a correspondência dos saldos apresentados nos anexos do Balanço Patrimonial (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial), tendo em vista que somente o Balanço Patrimonial é apresentado através de saldos das contas patrimoniais enquanto os outros são executados através de contas patrimoniais e de controle. Segue o quadro com as devidas contas conciliadas e não expurgadas no exercício de 2019.

Quadro das Contas Conciliadas e não Expurgadas

RS M\$

CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF DIFERENTES = (AF - PP) E (AP - PF)							
Conta	ISF	Descrição	2019	Conta	ISF	Descrição	2019
111122001	F	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	62.198	218924001	P	RECURSOS A LIBERAR POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	62.265
111122006	F	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A LIBERAÇÃO	67				
112320402	P	ADIANTAMENTO A ORGAOS - PRECATORIOS	343.572	218920108	F/P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - PRECATORIO	343.572
113520101	P	DEPOSITOS E CAUCOES	200	218820401	F	DEPOSITOS E CAUCOES	200
113820126	P	VALORES A RECEBER LEI Nº Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	312	218920109	F	REPASSES DA LEI Nº Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	312
113820128	P	VALORES A RECEBER EC Nº 93/2016 - DRE	16.277	218920111	F	VALORES A PAGAR EC Nº 93/2016 - DRE	16.277
112120101	P	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	382.652	218920101	F/P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	382.652
112320401	P	CONTRIBUICAO P/FUNDO DE SAUDE MILITAR	201.404	211420101	F/P	CONTRIB PATRONAL - FUNDO DE SAUDE/INTRA	201.349
				211420203	F/P	FUNDO DE SAUDE MILITAR - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	55
TOTAL			1.006.682				1.006.682

Neste contexto, as análises seguem em desenvolvimento, inclusive com relação às diferenças de atributos entre as contas. Os quadros a seguir evidenciam o andamento das análises:

Quadro das Contas em Conciliação

R\$ Mil

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - CONCILIANDO							
Conta	ISF	Descrição	2019	Conta	ISF	Descrição	2019
112320203	P	PATRONAL PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL	16.280	211420103	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL-RPPS PLANO PREVIDEN	15.540
112320207	P	PATRONAL - PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	5.101	211420105	F/P	RPPS - PLANO PREV S/13 SALARIO	6.494
				211420205	F/P	RPPS PLANO PREVIDENCIARIO - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	-
				211420107	F/P	RPPS - PLANO PREV S/FÉRIAS	-
112320201	P	PATRONAL - ATIVO CIVIL	212.741	211420102	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL - RPPS PLANO FINANCEIRO	286.501
112320202	P	PATRONAL - ATIVO MILITAR	87.850	211420104	F/P	RPPS S/13. SALARIO	21.883
112320205	P	PATRONAL - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	21.869	211420106	F/P	RPPS S/FERIAS	-
112320206	P	PATRONAL - ATIVO MILITAR - 13º SALÁRIO	-	211420201	F/P	RPPS - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	1.049
113820111	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES A RECEBER - INTRA	25.033	218920301	F/P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	356.122
112420101	P	DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	331.594	228920301	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	73.846
112420301	P	JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	733				
121120301	P	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	73.846				
				212329901	F/P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	5
TOTAL ATIVO INTRA			775.047	TOTAL PASSIVO INTRA			761.441

Quadro das Contas a Conciliar

R\$ Mil

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - A CONCILIAR							
Conta	ISF	Descrição	2019	Conta	ISF	Descrição	2019
112320901	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 32.532/02	24.065	211120101	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 32.532/02	2.648
112320902	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 41.687/09	229.983	211120102	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 41.687/09	11.935
112320903	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 42.791/11	97.557	211120103	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 42.791/11	2.814
				211120201	F/P	PESSOAL A PAGAR - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	140.658
112220101	P	DUPLICATAS A RECEBER - POR ANO/MES	370.994	213120101	F/P	CREDORES INTRAGOVERNAMENTAIS	157.952
113320101	P	CONCESSOES A RECEBER	811	213121201	F/P	FORNECEDORES E CREDORES - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	96.158
113320102	P	PERMISSIONARIOS INTRA	144	218920102	F/P	OBRIGACOES C/ORGaos E ENTIDADES ESTADUAIS	33.336
113820105	P	CREDITOS DE ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS	114.972				
113820107	P	CRED A RECEBP/COMPENSAÇÃO PASSIVO AMBIENTA	1.130				
113820125	P	ALUGUEIS A RECEBER - POR ANO/MES	9.134				
113120401	P	ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES - INTRA	0				
113820103	P	CREDITOS A RECEBER PELA COMPENSAÇÃO BERJ	463.892	218920105	P	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BERJ	370
				218920106	P	OBRIGACOES PELA COMPENSAÇÃO BERJ	72
				218920201	F/P	OBRIGACOES P/CONVENIOS RECEBIDOS	1.386
TOTAL ATIVO INTRA			1.312.682	TOTAL PASSIVO INTRA			447.329

Quadro da Evolução das Conciliações

R\$ Mil

Ativo X Passivo Intra	2019		2018	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Ativo Intra - Conciliado	6.204.354	84%	6.001.748	68%
Passivo Intra - Conciliado	6.204.354		6.001.748	
Diferença	-		-	
Ativo Intra - Conciliando	775.047	10%	1.731.274	21%
Passivo Intra - Conciliando	761.441		1.829.493	
Diferença	13.606		(98.219)	
Ativo Intra - A Conciliar	1.312.682	6%	1.365.626	11%
Passivo Intra - A Conciliar	447.329		974.645	
Diferença	865.353		390.981	
TOTAL ATIVO	8.292.083		9.098.648	
TOTAL PASSIVO	7.413.124		8.805.886	
DIFERENÇA TOTAL	878.960		292.762	

Quadro das Contas de Compensação

O Quadro das Contas de Compensação, anexo do Balanço Patrimonial, estava configurado incorretamente, pois deveria constar deste quadro somente as contas contábeis dos grupos 8111, 8112, 8113, 8119, 8121, 8122, 8123 e 8129 que tivessem a palavra “a executar” em seu título. Desta forma, em 2019 foi efetuado a reconfiguração deste quadro.

Demonstração das Variações Patrimoniais:

As exclusões efetuadas na Demonstração das Variações Patrimoniais somam R\$ 71.242.940 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2019	Conta	Descrição	2019
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT CIVIL - RPPS	2.510.766	3.1.2.1.2.01.01	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.510.766
4.2.1.1.2.01.02	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR - RPPS	84.575	3.1.2.1.2.01.02	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL MILITAR	1.128.485
4.2.1.1.2.99.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	1.137.139	3.1.2.9.2.01.01	FUNDO DE SAÚDE DOS MILITARES	93.229
4.2.1.1.2.01.03	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	180.805	3.1.2.1.2.01.03	CONTRIBUI PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	180.805
4.3.3.1.2.06.99	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	368.012	3.3.2.3.2.37.01	GESTAO DE SERVIÇOS DE SAUDE	368.012
4.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	103.957	3.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	103.957,27
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	30.900.526	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	30.900.526
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	18.192.491	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	18.192.491
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	18.581	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.581
4.5.1.1.2.06.01	CREDITOS ENVIADOS	373.202	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	373.202
4.5.1.1.2.07.01	DEBITOS RECEBIDOS	132.326	3.5.1.1.2.07.01	DEBITOS ENVIADOS	132.326
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	17	3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17
4.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	495.001	3.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	495.001
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.175.032	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.175.032
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	4.840.188	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	4.840.188
4.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.259.187	3.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.259.187
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.204	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.204
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	9.431	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	9.431
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	122.427	3.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	122.427
4.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	210.681	3.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	210.681
4.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	72.521	3.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	72.521
4.5.1.2.2.02.05	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE TÍTULOS E VALORES	229.695	3.5.1.2.2.02.05	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE TÍTULOS E VALORES	229.695
4.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	23.590	3.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	23.590
4.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	75.915	3.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	75.915
4.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	31.059	3.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	31.059
4.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	342,67	3.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	343
4.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	132.256	3.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	132.256
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011
TOTAL		71.242.940	TOTAL		71.242.940

Fonte: SIAFE-Rio

Balanço Financeiro / Demonstração do Fluxo de Caixa:

As exclusões das transferências intragovernamentais foram efetuadas no Balanço Financeiro e na DFC no mesmo montante, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

RS Mil

Ingressos			Dispêndios		
Conta	Descrição	2019	Conta	Descrição	2019
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	30.900.526.266,78	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	30.900.526.266,78
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	18.192.491.485,08	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	18.192.491.485,08
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	18.580.733,43	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.580.733,43
4.5.1.1.2.06.01	CREDITOS ENVIADOS	373.202.311,80	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	373.202.311,80
4.5.1.1.2.07.01	DÉBITOS RECEBIDOS	132.325.813,47	3.5.1.1.2.07.01	DEBITOS ENVIADOS	132.325.813,47
4.5.1.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	17.314,84	3.5.1.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17.314,84
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANC.	1.175.032.496,88	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANC.	1.175.032.496,88
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	4.840.188.305,19	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	4.840.188.305,19
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.203.719,44	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	3.255.203.719,44
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSF. FINANC. RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENT.	9.430.838,21	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSF. FINANC. CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENT.	9.430.838,21
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011.306,46	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	2.308.011.306,46
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		61.205.010.592	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		61.205.010.592

Fonte: SIAFE-Rio

Balanco Orçamentário

Conforme descrito na “Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balanco Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas “INTRAs” quando da elaboração do Consolidado, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

o) PCASP - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrados a seguir:

5º Nível – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	O Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 7ª Edição

04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2019	AV %	2018	AV %	AH %
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.046.914	100,00%	7.225.685	100,00%	39,04%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	9.984.650	99,38%	7.059.163	97,70%	41,44%
Caixa	4	0,00%	36	0,00%	-89,65%
Conta Única	277.827	2,78%	36.686	0,52%	657,30%
Conta Única RPPS	88.487	0,89%	0	0,00%	0,00%
Bancos	1.371.871	13,74%	1.304.413	18,48%	5,17%
Rede Bancária - Arrecadação	6	0,00%	21.272	0,30%	-99,97%
Arrecadação a Repassar	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	8.246.455	82,59%	5.564.984	78,83%	48,18%
Recursos Não Vinculados	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Recursos Vinculados	0	0,00%	131.771	1,87%	-100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	62.265	0,62%	166.522	2,30%	-62,61%
Recursos Não Vinculados	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	62.265	100,00%	166.522	100,00%	-62,61%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Em 2019, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 10.046.914 mil. Na comparação com o exercício de 2018, verifica-se um acréscimo de 39,04%.

Na conta Bancos, os valores mais relevantes do grupo (representando 74,66%) estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 001.1 – Bancos
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2019

R\$ Mil		
Detalhamento por Unidade Gestora	2019	AV %
Bancos	1.371.871	100,00%
Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	322.817	23,53%
Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro	243.306	17,74%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	218.734	15,94%
Secretaria de Estado de Educação	75.226	5,48%
Fundo Estadual de Saúde	68.644	5,00%
Encargos Gerais do Estado	50.785	3,70%
Assembléia Legislativa	44.713	3,26%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2019/2018)

A conta Rede Bancária - Arrecadação registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

A conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata é composta majoritariamente pela Poupança e pelos Fundos de Investimento e representa 82,59% do total do grupo Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidação.

Dentro de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, a maior representatividade esta na conta de Fundos de Investimento (96,41%), que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 5.241.709 mil em 2018 e apresenta em 2019 o valor de R\$ 7.950.404 mil.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais relevantes (representando 78,22%) demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2019

		R\$ Mil	
Detalhamento por Unidade Gestora		2019	AV %
Fundos de Investimentos		7.950.404	100,00%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro		2.662.997	33,50%
Tribunal de Justiça		1.033.539	13,00%
Fundo Especial do Tribunal de Justiça		818.796	10,30%
Secretaria de Estado de Educação		559.437	7,04%
Fundo Estadual de Saúde		424.099	5,33%
Fundo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro		374.172	4,71%
Fundo Especial do Ministério Público do ERJ		345.958	4,35%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2019/2018)

Os Recursos Vinculados se referem integralmente a depósitos à disposição do Judiciário para pagamento de precatórios.

A conta Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por limite de saque sujeito à programação financeira e valores a receber por arresto.

Os valores a receber por arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro, guardando correspondência com uma conta de passivo contabilizada no Tesouro Estadual.

4.2. Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO			1000		R\$ Mil
	2019	AV %	2018	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.392.134	100,00%	3.440.220	100,00%	-1,40%
Créditos Tributários a Receber	382.652	11,28%	-	0,00%	-
Clientes	425.986	12,56%	518.003	15,06%	-17,76%
Créditos de Transferências a Receber	1.648.213	48,59%	1.543.766	44,87%	6,77%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	505.974	14,92%	1.005.980	29,24%	-49,70%
Dívida Ativa Tributária	386.126	11,38%	361.249	10,50%	6,89%
Dívida Ativa Não Tributária	51.267	1,51%	13.738	0,40%	273,18%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(8.085)	-0,24%	(2.517)	-0,07%	221,21%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

O saldo da conta de Créditos Tributários a Receber está composto integralmente por créditos tributários INTRA OFSS, registrado no Rioprevidência, tendo como contrapartida a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado do Rio de Janeiro.

Nos relatórios de 2018, o saldo foi apresentado zerado devido à exclusão das operações intraorçamentárias quando da consolidação dos balanços. Porém, na consolidação de 2019, como os ativos permanentes não coincidiram com os passivos permanentes, estas operações intra não foram expurgadas.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

O saldo da conta de Clientes está registrado em sua maioria no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC no montante de R\$ 212.602 mil e na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 84.841 mil.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Essa rubrica representa 48,59% dos Créditos a Curto Prazo, sendo grande parcela referente ao Rioprevidência no valor de R\$ 524.736 mil, ao Tesouro no valor de R\$ 343.572, a Polícia Militar no valor de R\$ 220.783 e a Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no valor de R\$ 147.286 mil ao final de 2019.

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos, majoritariamente registrados no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 294.671 mil, na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB no montante de R\$ 169.297 mil e no Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE-RJ no montante de R\$ 36.923 mil.

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.7 “B” deste Relatório.

F) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber. É composta integralmente pela conta Perdas Estimadas em Cliente Faturas/Duplicatas a Receber e está registrada na Central de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 5.568 mil, na Companhia Estadual de Habitação do RJ – CEHAB no montante de R\$ 1.213 mil, na Companhia de Transporte sobre Trilhos do ERJ – RIOTRILHOS no montante de R\$ 706 mil e na Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 598 mil.

4.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Esse grupo compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

Tabela 003 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	24.733.906	100,00%	22.563.975	100,00%	9,62%
Adiantamentos Concedidos	4.387.701	17,74%	3.077.567	13,64%	42,57%
Tributos a Recuperar / Compensar	9.034	0,04%	8.339	0,04%	8,33%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	56.047	0,23%	52.685	0,23%	6,38%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.675.921	6,78%	1.368.098	6,06%	22,50%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.059.627	4,28%	1.053.712	4,67%	0,56%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	19.704.358	79,67%	19.162.355	84,92%	2,83%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.158.781)	-8,73%	(2.158.781)	-9,57%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a

fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Esta rubrica está composta em sua maioria por concessões em regime de desembolso descentralizado, totalizando o valor de R\$ 3.699.338 mil. A Secretaria de Estado de Educação apresentou um montante significativo de R\$ 2.674.559 mil.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

Em 2019, o valor de R\$ 29.148 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS, foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

O saldo remanescente desta conta, em 2019, é composto por transações INTER-OFSS com a União, no montante de R\$ 9.034 mil. Este saldo é composto por valores a compensar referentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, Contribuições Previdenciárias e IRRF a compensar.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

As Unidades Gestoras com valores mais relevantes são: Centrais de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 18.903 mil, Fundo Especial Penitenciário no montante de R\$ 10.584 mil, Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 7.443 mil, Fundo Especial do Tribunal de Justiça no montante de R\$ 6.874 mil e Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 6.162 mil.

D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.675.921	100,00%	1.368.098	100,00%	22,50%
Pagamentos Indevidos	108.878	6,50%	5.863	0,43%	1757,02%
Desvio/Extravio de Bens	32.267	1,93%	22.019	1,61%	46,54%
Desfalques ou Desvios	4.204	0,25%	4.037	0,30%	4,13%
Responsáveis por Danos	269.422	16,08%	114.935	8,40%	134,41%
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Pagamentos sem Empenho	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Falta de Licitação	10.900	0,65%	740	0,05%	1372,42%
Por Adiantamentos Concedidos	157	0,01%	419	0,03%	-62,46%
Ausência de Outras Prestações de Contas	71.689	4,28%	68.807	5,03%	4,19%
Multas e Juros	26	0,00%	26	0,00%	0,00%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	812.147	48,46%	788.674	57,65%	2,98%
Pela Ocorrência de Sinistros	19	0,00%	23	0,00%	-18,30%
Outras Responsabilidades	366.199	21,85%	362.540	26,50%	1,01%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 22,50% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.368.098 mil em 2018 para R\$ 1.675.921 mil em 2019.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 812.147 mil, constituindo 48,46% do grupo. Deste montante, R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 292.554 mil pertencem à Secretaria de Estado de Saúde, R\$ 50.450 mil pertencem à Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e R\$ 32.878 mil pertencem ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN. Os saldos dessas quatro unidades gestoras somados, perfazem 94,16% do total do grupo.

As Outras Responsabilidades também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 366.199 mil, que constitui 21,85% do grupo de créditos por danos ao patrimônio. Deste total, R\$ 227.613 pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, R\$ 70.249 à Secretaria Estadual de Educação, R\$ 29.469 mil ao Fundo Estadual de Saúde – FES e R\$ 28.332 mil à Fundação Apoio Escola Técnica Estado do Rio de Janeiro. Os saldos dessas unidades gestoras somados, perfazem 97,12% do total.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Tabela 003.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.059.627	100,00%	1.053.712	100,00%	0,56%
Depósitos e Cauções	333	0,03%	329	0,03%	1,00%
Depósitos Judiciais	141.677	13,37%	141.677	13,45%	0,00%
Depósitos Recursais	2.192	0,21%	1.172	0,11%	87,02%
Bloqueios Bancários	351.341	33,16%	362.083	34,36%	-2,97%
Cauções Contratuais	5.236	0,49%	5.237	0,50%	0,00%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	1.947	0,18%	1.696	0,16%	14,79%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	4,44%	47.085	4,47%	0,00%
Bloqueios Bancários Sequestrados	412	0,04%	0	0,00%	100,00%
Outros Depósitos	58	0,01%	58	0,01%	0,00%
Conta Especial Precatórios	509.345	48,07%	494.374	46,92%	3,03%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

Esta rubrica apresentou um acréscimo de 0,56% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 1.053.712 mil em 2018 para R\$ 1.059.627 mil em 2019.

O saldo da Conta Especial Precatórios tem uma representatividade significativa em relação ao grupo representando 48,07%, somando o valor de R\$ 509.345 mil registrado em sua integralidade na unidade gestora Encargos Gerais – Precatórios Judiciais/SEFAZ.

O saldo de Bloqueios Bancários apresenta uma representatividade de 33,16% no grupo, somando o valor de R\$ 351.341 mil. O valor mais significativo encontra-se registrado no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 258.962 mil.

Já o saldo de Bloqueios Bancários a Receber - INTRA OFSS presente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, registrados no valor de R\$ 2.075 mil, foi eliminado do quadro acima para fins de consolidação.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

Tabela 003.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	19.704.358	100,00%	19.162.355	100,00%	2,83%
Outros Créditos a Receber	16.340.114	82,93%	14.645.857	76,43%	11,57%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	3.597.819	22,02%	3.203.358	21,87%	12,31%
Restos a Receber	41.104	0,25%	41.104	0,28%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.266	0,01%	1.495	0,01%	-15,34%
Juros sobre Operações Imobiliárias	0	0,00%	76	0,00%	-100,00%
Royalties do Petróleo a Receber	9.780.279	59,85%	8.603.032	58,74%	13,68%
Cheques Devolvidos em Cobrança	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Créditos a Receber - Assunção de Dívida	0	0,00%	2	0,00%	-100,00%
Correção sobre Operações Imobiliárias	0	0,00%	41	0,00%	-100,00%
Taxas e Multas a Receber	36.851	0,23%	36.729	0,25%	0,33%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,01%	2.124	0,01%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	119.099	0,73%	112.219	0,77%	6,13%
Cotas Financeiras a Receber	233.598	1,43%	245.142	1,67%	-4,71%
Créditos a Receber de Promissários	320	0,00%	320	0,00%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,00%	804	0,01%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	74.876	0,46%	68.090	0,46%	9,97%
Adquirentes de Áreas Industriais	0	0,00%	1.681	0,01%	-100,00%
Agentes Devedores Diversos	1.102	0,01%	1.102	0,01%	0,00%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,02%	2.552	0,02%	0,00%
Aluguéis a Receber	22.846	0,14%	22.663	0,15%	0,80%
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.448	0,03%	21.671	0,15%	-79,47%
Repasse Previdenciários RPPS Consolidação	581	0,00%	572	0,00%	1,61%
Fluxo do Fundes - Decreto 40155 / 2006	8.718	0,05%	8.360	0,06%	4,28%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	26.527	0,16%	24.150	0,16%	9,84%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	8.905	0,05%	9.431	0,06%	-5,58%
Valores em Trânsito - Precatórios	174.074	1,07%	36.916	0,25%	371,54%
Demais Créditos a Receber	2.202.208	13,48%	2.202.208	15,04%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.316.308	6,68%	1.737.370	9,07%	-24,24%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	538	0,00%	544	0,00%	-1,10%
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesa de Terceiros	13.448	0,07%	8.625	0,05%	55,91%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	365.969	1,86%	427.497	2,23%	-14,39%
Dividendos Propostos a Receber	85.880	0,44%	85.899	0,45%	-0,02%
Créditos Intragovernamentais	630.750	3,20%	1.305.559	6,81%	-51,69%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	951.352	4,83%	951.004	4,96%	0,04%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O total desta rubrica ao final de 2019 soma R\$ 19.704.358 mil. Em relação ao ano de 2018, apresentou um acréscimo de 2,83%.

Nesta conta, estão registrados outros créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; royalties do petróleo a receber; cotas financeiras a receber; valores em trânsito realizáveis; entre outros.

Seguem abaixo os comentários dos valores mais relevantes do grupo:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um acréscimo de 12,31% em relação ao exercício anterior, uma diferença no montante de R\$ 394.461 mil. Este saldo refere-se em grande parte ao valor do subsídio do BILHETE UNICO instituído pela Lei 5.628 de 29/12/2009, com base no convênio 001/10, entre a Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS e a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR com recursos do Fundo Estadual de Transporte – FET.

ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da Administração Direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Os Royalties do Petróleo representam os recursos a receber que são calculados em função do volume de petróleo produzido e esses valores estão incorporados ao patrimônio do Rioprevidência, de acordo com o Decreto nº 42.011 de 28 de Agosto de 2009.

Os Royalties a receber estão divididos em curto e longo prazo, sendo o valor de curto prazo de R\$ 9.780.279 mil.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os Demais Créditos a Receber representam 13,48% do total do grupo Outros Créditos a Receber. A maior parte deste saldo pertence ao Rioprevidência, no montante de R\$ 2.150.631 mil, referentes aos direitos inscritos em dívida ativa, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme Determinação do TCE-RJ nº 41/2013, Proc. Nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

O saldo, em sua maioria, é referente aos valores a conciliar no montante de R\$ 501.258 mil, ao mandado de arresto no montante de R\$ 317.784 mil, ao aporte de recursos para regularização de pagamentos – mandado de arresto no montante de R\$ 227.719 mil e aos valores de pagamentos a conciliar no montante de R\$ 105.255 mil.

Cabe informar que não deveriam existir saldos nestas contas transitórias, por isso existem as equações de inconsistências contábeis (Validações Contábeis / LISCONTIR), que apontam a necessidade de análise e regularização das mesmas.

DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado no montante de R\$ 85.880 mil, representam a parcela que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE.

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

Tabela 003.3.1 – Créditos Intragovernamentais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	630.750	100,00%	1.305.559	100,00%	-51,69%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	463.892	73,55%	446.647	34,21%	3,86%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	18,23%	114.972	8,81%	0,00%
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,18%	1.130	0,09%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	25.033	3,97%	733.019	56,15%	-96,59%
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	9.134	1,45%	9.508	0,73%	-3,94%
Valores a Receber Lei nº 5.639/2010 - FUNDRHI	312	0,05%	283	0,02%	10,37%
Valores a Receber EC nº 93/2016 - DRE	16.277	2,58%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos, no entanto o corpo técnico de Contabilidade continua juntando esforços para aperfeiçoar o processo de consolidação dos saldos.

Este grupo apresentou uma variação negativa de 51,69%. A rubrica de Indenizações e Restituições a Receber – Intra que contribuiu para esta variação, com uma redução no montante de R\$ 707.987 mil. Esta redução, no montante de R\$ 696.102 mil, foi resultado principalmente de recebimentos registrados no Rioprevidência (Restituição recebida conforme Decreto Estadual nº 43.783, de 12 de janeiro de 2012 e atualização pelo decreto nº 46.115 de 17 de outubro de 2017, conforme consta nas observações das Guias de Recolhimentos registradas).

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 463.820 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual.

O saldo dos Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais está registrado integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, sendo de R\$ 66.130 mil referentes ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN e 48.842 mil referentes ao Rioprevidência.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo soma R\$ 2.158.781 mil, dos quais R\$ 2.153.704 mil (99,76%) correspondem ao montante registrado no ativo referente à apropriação do direito da dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Rioprevidência.

4.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

TABELA 004 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	1.839.989	100,00%	1.475.052	100,00%	24,74%
Títulos e Valores Mobiliários	1.839.989	100,00%	1.475.052	100,00%	24,74%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.5 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 005 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
ESTOQUES	728.343	100,00%	891.637	100,00%	-18,31%
Mercadorias para Revenda	1.252	0,17%	2	0,00%	69738,18%
Produtos e Serviços Acabados	8	0,00%	1.761	0,20%	-99,54%
Produtos e Serviços em Elaboração	53	0,01%	2.261	0,25%	-97,68%
Matérias-primas	1.297	0,18%	1.947	0,22%	-33,37%
Almoxarifado	572.336	78,58%	712.937	79,96%	-19,72%
Outros Estoques	153.396	21,06%	172.729	19,37%	-11,19%
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	-	0,00%	-	0,00%	-

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 728.343 mil em 2019, um decréscimo de 18,31% em relação ao exercício de 2018.

O almoxarifado está registrado em sua maioria na Secretaria de Estado de Saúde, no montante de R\$ 214.156 mil e na Secretaria de Estado de Polícia Militar, no montante de R\$ 148.842 mil.

4.6 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Tabela 006 – VPD Pagas Antecipadamente

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.980	100,00%	702	100,00%	181,92%
Prêmios de Seguros a Apropriar	214	10,80%	212	30,20%	0,78%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	653	32,99%	202	28,80%	223,02%
Aluguéis Pagos a Apropriar	68	3,42%	72	10,23%	-5,65%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	1.045	52,76%	215	30,63%	385,64%
Demais VPD a Apropriar	1	0,03%	1	0,15%	-46,66%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Em 2019 a conta de VPD Pagas Antecipadamente apresentou um acréscimo de 181,92% em relação ao exercício de 2018, perfazendo o saldo de R\$ 1.980 mil.

Os Prêmios de Seguros a Apropriar estão registrados em sua maioria no Tribunal de Contas no montante de R\$ 80 mil e na Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança no montante de R\$ 67 mil.

As Assinaturas e Anuidades a Apropriar estão registradas em sua maioria na Procuradoria Geral do Estado – PGE no montante de R\$ 254 mil, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no montante de R\$ 130 mil e na Administração Central – UERJ no montante de R\$ 128 mil.

Em 2019, os Benefícios a Pessoal a Apropriar apresentou um acréscimo de 385,64% em relação ao exercício de 2018 e seu saldo estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 782 mil e no Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado no montante de R\$ 205 mil.

4.7 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

Tabela 007 – Créditos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	44.337.399	100,00%	41.213.800	100,00%	7,58%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	44.263.553	99,83%	41.103.031	99,73%	7,69%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	153.957	0,35%	157.485	0,38%	-2,24%
Dívida Ativa Tributária	111.550.689	252,01%	104.144.144	253,37%	7,11%
Dívida Ativa Não Tributária	2.309.042	5,22%	2.231.380	5,43%	3,48%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(69.750.135)	-157,58%	(65.429.979)	-159,19%	6,60%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	73.846	0,17%	110.769	0,27%	-33,33%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Seguem abaixo os comentários dos itens deste grupo:

A) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somam R\$ 153.957 mil, apresentando um decréscimo de 2,24% em relação ao exercício anterior.

O maior saldo do grupo, no montante de R\$ 46.714 mil, esta no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES. Este fundo foi instituído pelo artigo 6º do Decreto-lei nº 8 de 15 de março de 1975, e tem por objetivo a destinação de recursos a órgãos e entidades de direito público e privado para custear, total ou parcialmente, obras de infraestrutura e de interesse público, bem como programas e projetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

B) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 4.2 E deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:

Tabela 007.1 – Dívida Ativa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	44.578.387	100,00%	41.351.931	100,00%	7,80%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	111.936.816	251,10%	104.505.394	252,72%	7,11%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	386.126	0,34%	361.249	0,35%	6,89%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	112.373.344	100,39%	104.966.799	100,44%	7,06%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	408	0,000%	408	0,000%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.063)	-0,74%	(823.063)	-0,79%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	2.360.309	5,29%	2.245.118	5,43%	5,13%
Creditos Inscritos a Curto Prazo	51.267	2,17%	13.738	0,61%	273,18%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	2.315.439	98,10%	2.237.777	99,67%	3,47%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.926	0,51%	11.926	0,53%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-0,78%	(18.324)	-0,82%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(69.718.737)	-156,40%	(65.398.581)	-158,15%	6,61%
Ajustes para Perdas - Curto Prazo*	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(69.718.737)	100,00%	(65.398.581)	100,00%	6,61%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, deduzido o Ajuste para Perdas apresentou um acréscimo de apenas 7,80% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 41.351.931 mil em 2018 para R\$ 44.578.387 mil em 2019.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006/2012, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997.

O Art.11, inciso IV do Decreto nº 46.816 de 01/11/2019, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado enviasse até o dia 10 de janeiro de 2020 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa referentes ao exercício de 2019.

O estoque da dívida foi atualizado em conformidade com o Demonstrativo do Estoque da PGE/2019. A variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa está evidenciada na Tabela 007.1 – DÍVIDA ATIVA deste volume.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

Tabela 007.2 – Dívida Ativa Tributária LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	111.550.689	140,67%	104.144.144	100,00%	7,11%
ICMS	88.150.358	79,02%	82.581.682	79,30%	6,74%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,73%	(812.712)	-0,78%	0,00%
ICM	2.235.441	2,00%	2.247.707	2,16%	-0,55%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%
FECF	2.493.170	2,24%	2.173.176	2,09%	14,72%
FECF - Compensação Precatórios	(4.414)	0,00%	(4.414)	0,00%	0,00%
ITD	130.776	0,12%	120.484	0,12%	8,54%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	0,00%	(5.012)	0,00%	0,00%
ITBI	955	0,00%	940	0,00%	1,61%
IPVA	909.243	40,67%	958.170	0,92%	-5,11%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,82%	(58)	0,00%	0,00%
Outros Tributos	675	0,00%	713	0,00%	-5,44%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	(45)	0,00%	(45)	0,00%	0,00%
Taxas Diversas	161.175	0,14%	120.279	0,12%	34,00%
Multas Diversas	18.291.960	16,40%	16.764.056	16,10%	9,11%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

D) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFSS

Em 2019, teve um decréscimo de 33,33% em relação ao exercício de 2018, que foi de R\$ 110.769 mil para R\$ 73.846 mil.

4.8 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 008 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

RS Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	2.742.779	100,00%	180.598.218	100,00%	-98,48%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	2.742.779	100,00%	180.598.218	100,00%	-98,48%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	451	0,02%	301	0,00%	49,79%
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	663.019	24,17%	663.019	0,37%	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio Prov. de Créditos Administrativos	25	0,00%	25	0,00%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	100.275	3,66%	96.203	0,05%	4,23%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	1.977.748	72,11%	179.838.670	99,58%	-98,90%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Valores a Longo Prazo	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores a LP	1.261	0,05%	-	-	0,00%
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	-	0,00%	-	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise e Vertical

AH - Análise e Horizontal (2019/2018)

Em 2019, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentou um decréscimo de 98,48% em relação ao exercício anterior.

Este significativo decréscimo no ativo do Estado foi relativo à baixa dos valores da receita dos Royalties a Receber de Longo Prazo e a posterior apropriação em contas de controle (799110801 – Recursos do Petróleo a Receber), através da 2019NP01823 no Rioprevidência.

Tal lançamento se deu em atendimento ao relatório de Auditoria Governamental do TCE nº 103.058-8/17 que em seu 4º achado apontou esta classificação contábil incorreta dos valores referentes aos Royalties a Receber. O Corpo Instrutivo em seu parecer determinou que tais recursos devam ser contabilizados como “ativos contingentes”, por se referirem a eventos futuros e incertos.

A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESC. PREST. DE SERV. PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil e os Direitos sobre Outorgas líquido no valor de R\$ 92.098 mil.

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

Tabela 008.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2018	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	BAIXAS	2019
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	570.921	-	-	-	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTRANS ³	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	11.194	-	-	-	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ²	7.124	-	-	-	-	7.124

¹ - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

² - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³ - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportrans

Fontes: SIAFE-Rio

O saldo a receber proveniente das Concessões de Serviços Públicos não sofreu alteração em relação ao ano anterior, mantendo o saldo no montante de R\$ 570.921 mil.

Os Direitos sobre Concessões se referem ao DER-RJ no montante de R\$ 185.792 mil (referentes à Concessionária Rota 116), à Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS no montante de R\$ 366.811 mil (referentes à concessão do Metrô à Opportrans no montante de R\$ 349.176 mil e R\$ 17.636 mil referentes à concessão do Metrô à Opportrans para execução do trecho Arco Verde/Siqueira Campos) e à Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço no montante de R\$ 18.318 mil

(sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil.).

Conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, a CEG RIO S/A compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

Já a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, conforme 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 21/07/1997, compromete-se a distribuir gás natural comprimido (GNC) e/ou gás natural liquefeito (GNL) nos municípios de Mangaratiba e Maricá.

B) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Deste grupo, a unidade gestora com saldo mais significativo é a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 62.886 mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 008.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	1.977.748	100,00%	179.838.670	100,00%	-98,90%
Royalties do Petróleo a Receber	-	0,00%	177.806.903	98,87%	-100,00%
Valores a Receber de Outras Empresas	5.721	0,29%	5.721	0,00%	0,00%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	401.135	20,28%	401.135	0,22%	0,00%
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	640.446	32,38%	693.648	0,39%	-7,67%
Contratos Validados RCV	16.919	0,86%	17.736	0,01%	-4,61%
Cheques Devolvidos em Cobrança	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Multas a Receber	3.308	0,17%	3.308	0,00%	0,00%
Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	872.297	44,11%	872.297	0,49%	0,00%
Créditos a Receber do RJPREV - Aporte LEI Nº 6243/2012	23.439	1,19%	23.439	0,01%	0,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,73%	14.477	0,01%	0,00%

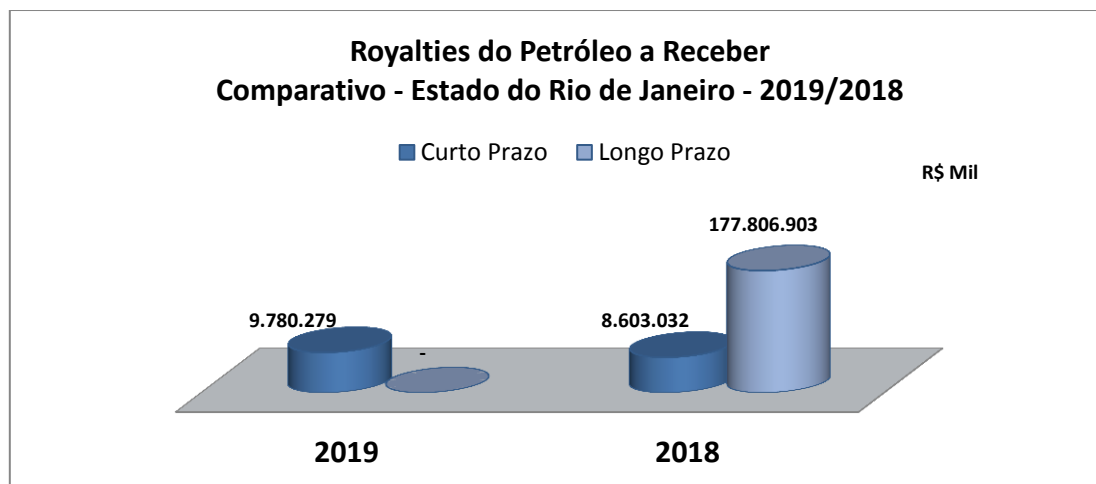
Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O saldo de royalties, que contribuía com quase a totalidade dos Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, sofreu uma substancial redução do valor total. A baixa foi referente à reclassificação do saldo do ativo para contas de controle, por se trata de um ativo contingente (conforme já descrito no item 4.8).

Abaixo demonstramos graficamente o fluxo futuro de royalties e participações especiais.



O saldo referente à Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos (representando 44,11% do grupo) está registrado integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 872.297 mil.

Já a conta Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006 representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007 e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em 2019, este ativo de longo prazo apresentou saldo de R\$ 640.446 mil, sendo o montante do FUNDES atualizado de acordo com as notas técnicas do Rioprevidência.

4.9 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Tabela 009 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	473	100,00%	473	100,00%	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	473	100,00%	473	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários permaneceu inalterado em relação ao exercício de 2019, apresentando o saldo de R\$ 473 mil.

Deste montante, R\$ 173 mil pertence à Companhia de Desenvolvimento Rodov. e Terminais do ERJ, R\$ 150 mil pertence à Companhia de Armazéns e Silos do ERJ e os outros 150 mil pertence ao Instituto Vital Brazil S/A.

4.10 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 010 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
ESTOQUES	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%
Outros Estoques	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O montante da conta outros estoques refere-se integralmente a Imóveis para Venda no valor de R\$ 56.399 mil e pertence à Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

4.11 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Tabela 011 – Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	12.432.639	100,00%	11.635.325	100,00%	6,85%
Participações Permanentes	8.500.861	68,38%	7.684.863	66,05%	10,62%
Propriedades para Investimentos	562.310	4,52%	562.310	4,83%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	368.613	2,96%	349.255	3,00%	5,54%
Demais Investimentos Permanentes	3.022.451	24,31%	3.066.830	26,36%	-1,45%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.813)	-0,17%	(20.813)	-0,18%	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(783)	-0,01%	(7.121)	-0,06%	-89,01%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Esta rubrica engloba a participação societária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2019.

As Participações Societárias estão englobadas nas “Participações Permanentes” da Tabela 011 – Investimentos.

Tabela 011.1 – Participações Societárias
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
Investimentos do Estado	8.401.346	100,00%	7.677.743	100,00%	9,42%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	8.398.278	99,96%	7.583.952	98,78%	10,74%
Outros Investimentos	3.851	0,05%	100.911	1,31%	-96,18%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(782)	-0,01%	(7.121)	-0,09%	-89,01%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

No exercício de 2019, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal positiva de 9,42% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao resultado positivo da equivalência patrimonial sobre a CEDAE.

Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 16 da NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas tabelas abaixo, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados referentes à equivalência patrimonial.

Tabela 011.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial
SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

R\$ Mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CASERJ	251	99,99952%	251	251	-	-
CEASA	36.063	99,96820%	36.051	36.051	-	-
CEHAB	81.833	99,97000%	81.809	265.251	(265.251)	(64.405)
METRO	(392.498)	92,25900%	(362.115)	386.795	(386.795)	(362.115)
CTC	(5.019)	99,99860%	(5.019)	985	(985)	(5.019)
FLUMITRENS	(669.693)	100,00000%	(669.693)	6.147	(6.147)	(669.693)
CODIN	44.781	99,99876%	44.780	44.780	-	-
IVB	21.973	99,60000%	21.885	21.885	-	-
CODERTE	12.650	99,99520%	12.649	12.649	-	-
RIOTRILHOS	703.662	92,25935%	649.194	649.194	-	-
TURISRIO	(453)	68,48560%	(310)	227	(227)	(310)
TOTAL	(166.451)		(190.518)	1.424.215	(659.404)	(1.101.543)

SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / EMPRESA PÚBLICA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS
CEDAE	7.796.470	99,99960%	7.796.439	7.796.439	-	-
DIVERJ	679	99,97200%	679	679	-	-
BDRIO	964	99,95000%	963	963	-	-
CELF	0	99,89000%	0	0	-	-
AGERIO	474.797	99,99000%	474.749	474.749	-	-
CFSEC	(168)	99,79000%	(168)	782	(782)	(168)
IMPrensa OFICIAL	124.665	100,00000%	124.665	124.665	-	-
TOTAL	8.397.406		8.397.327	8.398.278	(782)	(168)

TOTAL INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA

9.822.492

Tabela 011.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

SOCIEDADE ANONÔNIMA	2019	AV%	2018	AV%	AH%
CEDAE	7.796.439	92,83%	6.987.995	92,14%	11,57%
DIVERJ	679	0,01%	810	0,01%	-16,16%
BDRIO	963	0,01%	6.338	0,08%	-84,81%
CELF	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
AGERIO	474.749	5,65%	472.055	6,22%	0,57%
CFSEC	782	0,01%	782	0,01%	0,00%
IMPrensa OFICIAL	124.665	1,48%	115.972	1,53%	7,50%
TOTAL	8.398.278	100,00%	7.583.952	100,00%	10,74%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A Tabela 011.3 demonstra que em 2019 o saldo dos investimentos das Sociedades não integrantes do orçamento do Estado aumentou em R\$ 814.316 mil, o que representa uma variação nominal positiva de 10,74% em relação ao ano anterior. Tal fato deve-se, principalmente, ao resultado da equivalência patrimonial obtido sobre o patrimônio da CEDAE, positivo em R\$ 808.444 mil.

O montante do patrimônio da CEDAE utilizado para cálculo da equivalência patrimonial no Balanço Consolidado de 2019, refere-se aos valores prévios disponibilizados no balancete de dezembro/2019, informados pela própria empresa. Após a divulgação oficial do balanço, serão feitos os registros de ajustes necessários.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nesta rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

Tabela 011.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

SOCIEDADE ANONÔNIMA	2019	AV%	2018	AV%	AH%	RS Mil
BDRIO	-	0,00%	6.338	1,44%	-100,00%	
CFSEC	782	0,12%	782	0,18%	0,00%	
CASERJ	-	0,00%	999	0,23%	-100,00%	
CEHAB	265.251	40,18%	37.185	8,46%	613,34%	
FLUMITRENS	6.147	0,93%	6.147	1,40%	0,00%	
METRÔ	386.795	58,59%	386.795	88,02%	0,00%	
C.T.C.	985	0,15%	985	0,22%	0,00%	
TURISRIO	227	0,03%	227	0,05%	0,00%	
TOTAL	660.187	100,00%	439.458	100,00%	50,23%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora (conta contábil 122910101) e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos (conta contábil 228910103), conforme preceitua a instrução nº 247 de 27/03/1996, parágrafo 2º do art. 12 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este item teve um aumento no exercício de 2019, que se deu principalmente pela variação na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB.

Tabela 011.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

SOCIEDADE ANÔNIMA	2019	AV%	2018	AV%	AH%
BDRIO	-	0,00%	92	0,01%	-100,00%
CFSEC	168	0,02%	298	0,03%	-43,70%
CASERJ	-	0,00%	402	0,04%	-100,00%
CEHAB	64.405	5,85%	128.638	12,09%	-49,93%
FLUMITRENS	669.693	60,79%	600.647	56,45%	11,50%
METRÔ	362.115	32,87%	330.356	31,05%	9,61%
C.T.C.	5.019	0,46%	3.476	0,33%	44,39%
TURISRIO	310	0,03%	154	0,01%	101,44%
TOTAL	1.101.710	100,00%	1.064.063	100,00%	3,54%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Acima, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos demonstra os valores registrados no Passivo Não Circulante. No exercício de 2019 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 37.648 mil em relação ao exercício anterior.

Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme o item 40 (b) da NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no Balanço Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Orçamento do Estado, inclusive de Outros Investimentos;
2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;
Ajustes:
3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do Orçamento do Estado;
4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 011.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		R\$ Mil
INVESTIMENTOS EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		9.822.492
OUTROS INVESTIMENTOS		3.851
PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS		(660.187)
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		9.166.157
AJUSTES		
SOCIEDADES DEPENDENTES		(1.424.215)
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS		659.404
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO		8.401.346

Tabela 011.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos

PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		R\$ Mil
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		1.101.710
AJUSTE		
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		(1.101.543)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO		168

Tal ajuste foi feito também no passivo do Balanço Consolidado na conta 2.2.8.9.1.01.03 - Perdas e Deságios em Investimentos, que registra os investimentos negativos do Estado.

Tabela 011.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		R\$ Mil
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFE-Rio		(166.451)
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(764.811)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(1.424.215)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	659.404	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		1.101.543
D = A + B + C PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		170.280

Consta no Balanço Consolidado a conta Participação de Não Controladores (anteriormente denominada “Minoritários”), que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Tabela 011.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores

R\$ Mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		Total do Patrimônio - Soc. Integrantes do Orçamento	Investimentos	Prov. p/ Perdas Investimentos	Prov.p/ Perdas e Deságios	Participação dos não Controladores
		A	B	C	D	E = A-B-C-D
137100	CASERJ	251	251	-	-	0
137200	CEASA	36.063	36.051	-	-	11
197100	CEHAB	81.833	265.251	(265.251)	(64.405)	146.238
217100	METRO	(392.498)	386.795	(386.795)	(362.115)	(30.383)
217200	CTC	(5.019)	985	(985)	(5.019)	(0)
217300	FLUMITRENS	(669.693)	6.147	(6.147)	(669.693)	(0)
227100	CODIN	44.781	44.780	-	-	1
297100	IVB	21.973	21.885	-	-	88
317100	CODERTE	12.650	12.649	-	-	1
317300	RIOTRILHOS	703.662	649.194	-	-	54.468
437100	TURISRIO	(453)	227	(227)	(310)	(143)
TOTAL		(166.451)	1.424.215	(659.404)	(1.101.543)	170.280

Fonte: SIAFE-Rio

O patrimônio líquido sofreu variações devido à exclusão do valor total do patrimônio líquido das sociedades integrantes do Orçamento do Estado no valor “negativo” de R\$ 166.451 mil e a inclusão da Participação de Não Controladores no valor de R\$ 170.280 mil.

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 562.310 mil e representa 4,52% do total dos Investimentos.

Todo o saldo é composto por Edifícios, destacando-se o valor de R\$ 539.383 mil referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo compreendem os investimentos efetuados pelo RPPS em títulos e valores mobiliários e aplicações em segmentos de imóveis.

Tais recursos estão registrados integralmente no Rioprevidência e se referem aos terrenos no montante de R\$ 153.732 mil, às edificações de uso comercial no montante de R\$ 127.011 mil, aos imóveis no montante de R\$ 65.529 mil e às edificações de uso residencial no montante de R\$ 22.341 mil.

D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Tabela 011.7 – Demais Investimentos Permanentes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	3.022.451	100,00%	3.066.830	100,00%	-1,45%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	59	0,00%	1.687	0,06%	-96,53%
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.421.655	47,04%	1.421.655	46,36%	0,00%
Projetos em Andamento	617.936	20,44%	658.302	21,47%	-6,13%
Atividades em Andamento	349.210	11,55%	351.594	11,46%	-0,68%
Investimentos - Aplicações Diretas	50.967	1,69%	50.967	1,66%	0,00%
Investimentos - Material de Consumo	73.314	2,43%	73.314	2,39%	0,00%
Outros Investimentos	509.310	16,85%	509.310	16,61%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 3.022.451 mil e representam 24,31% do total dos Investimentos do Estado.

Os Bens Móveis não Destinados a Uso estão registrados na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 956.952 mil e na Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 464.703 mil.

Dos Projetos em Andamento, os saldos mais significativos são de R\$ 165.487 mil referentes à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, R\$ 97.598 mil referentes ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, R\$ 77.218 à Secretaria de Estado de Ambiente, R\$ 57.629 à Secretaria de Estado de Saúde e R\$ 49.733 à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara.

Das Atividades em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico no montante de R\$ 220.195 mil e à Secretaria de Estado de Obras no montante de R\$ 58.915 mil.

Dentre os Outros Investimentos, os montantes mais relevantes referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no valor de R\$ 455.190 e ao Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses – FREMF no valor de R\$ 41.000 mil.

E) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS

Esta rubrica está integralmente composta pelas perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos.

4.12 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

Tabela 012 – Imobilizado
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
IMOBILIZADO	31.740.401	100,00%	30.871.912	100,00%	2,81%
Bens Móveis	6.392.728	20,14%	5.754.303	18,64%	11,09%
Bens Móveis	7.737.099	121,03%	6.986.006	121,40%	10,75%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.344.372)	-21,03%	(1.231.704)	-21,40%	9,15%
Bens Imóveis	25.347.674	79,86%	25.117.609	81,36%	0,92%
Bens Imóveis	27.007.789	106,55%	26.720.786	106,38%	1,07%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.660.116)	-6,55%	(1.603.177)	-6,38%	3,55%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.12.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem

alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explanado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado). Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2019 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 6.392.728 mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 638.425 mil, sem contar o valor retificador da depreciação acumulada.

Os valores mais significativos neste grupo se referem aos Veículos de Tração Mecânica no valor de R\$ 1.403.050 mil, Bens Móveis em Andamento no montante de R\$ 1.173.180 mil, Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91 no montante de R\$ 752.447 mil, Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares no montante de R\$ 694.078 mil, Equipamentos e Materiais de Processamento de Dados no montante de R\$ 683.813 mil, Mobiliário em Geral no montante de R\$ 378.532 mil e Veículos Diversos no montante de R\$ 310.161 mil.

Dos Veículos de Tração Mecânica, de um total de R\$ 1.403.050 mil, temos 80,77% do saldo concentrado em três Órgãos. São eles: Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 570.767, Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 299.605 mil e Secretaria de Estado da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no montante de R\$ 262.871 mil.

Dos Bens Móveis em Andamento, o valor mais significativo refere-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 1.172.867 mil.

Dos valores de Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91, R\$ 752.089 mil se referem à Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e R\$ 358 mil se referem à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

Dos Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares, R\$ 316.646 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde, R\$ 159.142 mil se referem à Administração Central – UERJ,

R\$ 64.481 mil se referem ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e R\$ 41.154 mil se referem à Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

4.12.2 Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso VIII, do artigo 11, do Decreto nº 46.816, de 01 de Novembro de 2019, determinou que a Subsecretaria de Patrimônio Imóvel da Secretaria de Estado de Fazenda, encaminhasse até 20 de Fevereiro de 2019 à Subsecretaria de Contabilidade Geraldo Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, com a indicação da Unidade Gestora, preferencialmente extraído do SISPAT 2.0.

A Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou a esta SUBCONT, em atendimento ao citado Decreto, que se encontra inserida no Volume 8 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Governo, informando o endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no seu cadastro.

Tabela 012.1 – Bens Imóveis
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	27.007.789	100,00%	26.720.786	100,00%	1,07%
Bens de Uso Especial	4.950.632	18,33%	4.928.924	18,45%	0,44%
Imóveis Dominiais/Dominicais	700.093	2,59%	658.276	2,46%	6,35%
Bens Imóveis em Andamento	17.910.924	66,32%	17.651.209	66,06%	1,47%
Instalações	392.539	1,45%	392.490	1,47%	0,01%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	1.637.277	6,06%	1.624.386	6,08%	0,79%
Demais Bens Imóveis	1.416.324	5,24%	1.465.501	5,48%	-3,36%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os Bens Imóveis contribuíram com 78,86% para a formação do Ativo Imobilizado.

Bens de Uso Especial

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

Tabela 012.1.1 – Bens de Uso Especial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	4.950.632	100,00%	4.928.924	100,00%	0,44%
Salas Comerciais	53.321	1,08%	9.335	0,19%	471,18%
Edifícios	4.786.651	96,69%	4.810.150	97,59%	-0,49%
Imóveis de Uso Educacional	35.066	0,71%	40.040	0,81%	-12,42%
Terrenos/Glebas/Lotes	43.635	0,88%	37.438	0,76%	16,55%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,07%	3.599	0,07%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	28.361	0,57%	28.361	0,58%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os bens de uso especial estão compostos majoritariamente por edifícios, totalizando R\$ 4.950.632 mil. Dentre os seus montantes, os mais significativos pertencem à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no total de R\$ 2.003.364 mil, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no total de R\$ 969.917 mil e a Secretaria de Estado de Educação, no total de R\$ 234.872 mil.

Bens Imóveis em Andamento

Tabela 012.1.2 – Bens Imóveis em Andamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	17.910.924	100,00%	17.651.209	100,00%	1,47%
Obras em Andamento	17.910.924	100,00%	17.651.209	100,00%	1,47%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os Bens Imóveis em Andamento estão registrados integralmente em Obras em Andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o término das mesmas. Em 2019, o saldo totalizou R\$ 17.910.924. Na comparação com o exercício de 2018, verifica-se um acréscimo de 1,47%.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 9.618.543 mil, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 4.431.051 mil, no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 1.392.763 mil e na Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ no montante de R\$ 1.354.018 mil.

Benefitorias em Propriedades de Terceiros

As Benefitorias englobam as Construções em Terrenos Arrendados de Terceiros e Instalações e Outras Benefitorias em Prédios Alugados. São considerados somente os gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação.

Em 2019, o saldo totalizou R\$ 1.637.277. O valor mais significativo está registrado no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 1.598.609 mil.

Demais Bens Imóveis

Os Demais Bens Imóveis estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 012.1.3 – Demais Bens Imóveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2018	AV %	2017	AV%	AH%
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.416.324	100,00%	1.465.501	100,00%	-3,36%
Edifícios a Cadastrar	1.900	0,13%	15.900	1,08%	-88,05%
Terrenos a Cadastrar	388	0,03%	388	0,03%	0,00%
Obras em Andamento a Cadastrar	222.462	15,71%	257.639	17,58%	-13,65%
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	84,13%	1.191.575	81,31%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os valores das Obras em Andamento a Cadastrar e a Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 1.414.037 mil, o equivalente a 99,84% dos Demais Bens Imóveis.

As Obras em Andamento a Cadastrar têm seus valores mais significativos registrados na Secretaria de Estado de Saúde no montante de R\$ 124.071 mil, na CEDAE – Ações Descentralizadas no montante de

R\$ 55.250 mil e no Departamento de Transito do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 12.274 mil.

Os valores de Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei 8.200/91 estão registrados integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 1.191.575 mil.

4.13 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

Tabela 013 – Intangível
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
INTAGÍVEL	160.681	100,00%	136.927	100,00%	17,35%
Softwares	179.077	111,45%	150.657	110,03%	18,86%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.788	6,09%	9.787	7,15%	0,01%
(-) Amortização Acumulada	(28.183)	-17,54%	(23.517)	-17,17%	19,84%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Intangível totalizou R\$ 160.681 mil em 2019, apresentando um acréscimo de 17,35% em relação ao exercício anterior.

A conta de Softwares compreende os valores de softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Os valores mais significativos estão registrados no Rioprevidência, no montante de R\$ 43.984 mil, na Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento no montante de R\$ 42.789 mil, no Ministério Público no montante de R\$ 25.784 mil, no Tribunal de Justiça no valor de R\$ 9.612 mil, na Procuradoria Geral do Estado no montante de R\$ 8.098 mil e na Assembleia Legislativa no montante de R\$ 7.086 mil.

4.14 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 014 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	6.256.122	100,00%	5.510.440	100,00%	13,53%
Pessoal a pagar	4.645.808	74,26%	3.892.706	70,64%	19,35%
Benefícios Previdenciários a Pagar	917.133	14,66%	884.142	16,04%	3,73%
Encargos sociais a pagar	693.181	11,08%	733.592	13,31%	-5,51%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo teve um acréscimo de 13,53%, variando de R\$ 5.510.440 mil em 2018 para R\$ 6.256.122 mil em 2019.

A) PESSOAL A PAGAR

O pessoal a pagar contribuiu com 74,26% para a formação destas obrigações e está segregado conforme quadro abaixo:

Tabela 014.1 – Pessoal a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	4.645.808	100,00%	3.892.706	100,00%	19,35%
Pessoal a Pagar - Consolidação	4.482.369	96,48%	3.718.181	95,52%	20,55%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	158.056	3,40%	170.673	4,38%	-7,39%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	3.501	0,08%	2.791	0,07%	25,43%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	772	0,02%	255	0,01%	202,69%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.111	0,02%	806	0,02%	37,80%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

A rubrica de Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 96,48% do total do pessoal a pagar. As demais rubricas – INTRAOFSS, INTEROFSS União, Estados e Municípios são compostas por valores referentes à pessoal cedido.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Tabela 014.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	917.133	100,00%	884.142	100,00%	3,73%
Benefícios Previdenciários	917.133	100,00%	884.142	100,00%	3,73%
Benefícios Previdenciários	636.659	69,42%	603.620	68,27%	5,47%
Décimo Terceiro Salário	280.474	30,58%	280.522	31,73%	-0,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os Benefícios Previdenciários a pagar pertencem, em grande parcela, ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 629.841 mil.

Em relação ao total das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, esta rubrica contribuiu com 14,66%.

C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já a rubrica de encargos sociais a pagar, que contribuiu com 11,08% do total do grupo, apresentou um decréscimo de 5,51% em relação ao ano anterior.

Tabela 014.3 – Encargos Sociais a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	693.181	100,00%	733.592	100,00%	-5,51%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	5.882	0,85%	5.373	0,73%	9,47%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	532.871	76,87%	542.758	73,99%	-1,82%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	154.418	22,28%	185.449	25,28%	-16,73%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Estados	9	0,00%	5	0,00%	91,85%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1	0,00%	8	0,00%	-89,95%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.15 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

Tabela 015 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.778.674	100,00%	4.770.932	100,00%	628,97%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	33.296.050	95,74%	3.909.820	81,95%	751,60%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	1.389.733	4,00%	755.339	15,83%	83,99%
Financiamentos a curto prazo - Interno	5	0,00%	-	0,00%	-
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	14.780.645	42,50%	5.827.767	122,15%	153,62%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	896.348	2,58%	435.082	9,12%	106,02%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(14.687.759)	-42,23%	(5.721.994)	-119,93%	156,69%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(896.348)	-2,58%	(435.082)	-9,12%	106,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise e Vertical

AH - Análise e Horizontal (2019/2018)

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, foi criada a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 026/2016 que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base na nova rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

O aumento do saldo deste grupo se deu pela transferência dos valores do longo para o curto prazo, além da variação positiva da dívida contratual conforme Demonstrativo SUCADP. Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

4.16 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 016 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.976.656	100,00%	13.144.633	100,00%	-1,28%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	6.782.106	52,26%	7.064.197	53,74%	-3,99%
Fornecedores e Credores	4.780.030	70,48%	4.674.642	66,17%	2,25%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	354.361	5,22%	358.227	5,07%	-1,08%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	1.647.715	24,30%	2.031.328	28,76%	-18,88%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	254.110	1,96%	377.323	2,87%	-32,65%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	7.341	0,06%	7.282	0,06%	0,82%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Estados	-	0,00%	10	0,00%	-100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municípios	5.933.099	45,72%	5.695.821	43,33%	4,17%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação negativa de 1,28% quando comparado com o exercício anterior.

Na rubrica Fornecedores e Credores, dentro de Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram a Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 923.569 mil, no Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 809.205 mil e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 715.325 mil.

Já na rubrica Fornecedores e Credores – Saldos migrados do SIAFEM, também dentro de Consolidação, os valores mais expressivos estão registrados no Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 807.856 mil, na Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 116.388 mil e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 113.254 mil.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 5.779.006 mil.

4.17 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

No grupo de Obrigações Fiscais a Curto Prazo, temos um saldo INTRA referente as contas de Repasses Previdenciários RPPS a Compensar no montante de R\$ 29.148 mil que foi deduzido do grupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo com o Estados.

Tabela 017 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	867.982	100,00%	581.349	100,00%	49,30%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	577.909	66,58%	411.151	70,72%	40,56%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	61.613	7,10%	61.685	10,61%	-0,12%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	228.461	26,32%	108.513	18,67%	110,54%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.18 Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Em 2019, os principais saldos estão representados na conta de Repartição da Cota de IPI no montante de R\$ 2.140 mil e na conta de Repartição da Cota de ICMS no montante de R\$ 1.666 mil.

Tabela 018 – Obrigações de Repartições a Outros Entes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	4.136	100,00%	4.138	100,00%	-0,05%
Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS - Municípios	4.136	100,00%	4.138	100,00%	-0,05%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.19 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

Tabela 019 – Provisões a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	255.021	100,00%	232.001	100,00%	9,92%
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	185.127	72,59%	186.856	80,54%	-0,92%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	653	0,26%	8	0,00%	7731,45%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	47.540	18,64%	22.667	9,77%	109,73%
Outras Provisões a Curto Prazo	21.702	8,51%	22.471	9,69%	-3,42%

R\$ Mil

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Nas Provisões para Riscos Trabalhistas a maior parte do saldo refere-se à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, nos montante de R\$ 177.213 mil.

As Provisões para Riscos Fiscais referem-se em sua totalidade às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA no montante de R\$ 653 mil.

As Provisões para Riscos Cíveis referem-se em sua maioria à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 44.659 mil.

Por fim, as Outras Provisões a Curto Prazo referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 13.507 mil, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP no montante de R\$ 3.366 mil, à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 2.308 mil e à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.832 mil.

4.20 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 020 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.438.282	100,00%	11.529.638	100,00%	-9,47%
Adiantamentos de Clientes	15.283	0,15%	12.351	0,11%	23,73%
Dividendos a Pagar	1.698	0,02%	1.698	0,01%	0,00%
Valores Restituíveis	3.075.623	29,46%	3.059.695	26,54%	0,52%
Outras Obrigações a Curto Prazo	7.345.678	70,37%	8.455.894	73,34%	-13,13%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Seguem os comentários abaixo acerca dos itens mais relevantes das Demais Obrigações a Curto Prazo:

A) VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela 020.1 – Valores Restituíveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	3.075.623	100,00%	3.059.695	100,00%	0,52%
Valores Restituíveis - Consolidação	3.075.424	99,99%	3.059.496	99,99%	0,52%
Consignações	1.675.096	54,47%	1.612.681	52,71%	3,87%
Depósitos Judiciais	839.037	27,28%	838.181	27,40%	0,10%
Depósitos Não Judiciais	495.017	16,10%	540.129	17,65%	-8,35%
Outros Valores Restituíveis	66.274	2,15%	68.505	2,24%	-3,26%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	200	0,01%	200	0,01%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

As consignações apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores. A conta está composta em grande parcela por imposto sobre a renda retido na fonte – IRRF no montante de R\$ 465.672 mil, por retenções de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 369.865 mil, por outros consignatários no montante de R\$ 270.010 mil, por RPPS – retenções sobre vencimentos e vantagens no montante de R\$ 195.443 mil e por INSS no montante de R\$ 169.779 mil.

Os depósitos judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 761.310 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 68.505 mil.

Já os depósitos não judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 317.591 mil, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 88.317 mil e no Rioprevidência no montante de R\$ 27.275 mil.

B) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 020.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.345.678	100,00%	8.455.894	100,00%	-13,13%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.904.649	53,16%	3.909.230	46,23%	-0,12%
Indenizações e Restituições	1.473.753	37,74%	1.555.307	39,79%	-5,24%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	900.743	23,07%	886.066	22,67%	1,66%
Diárias a Pagar	368	0,01%	204	0,01%	80,06%
Créditos de Terceiros	23	0,01%	129	0,00%	92,98%
Bens de Terceiros	10.103	0,26%	33.591	0,86%	-69,92%
Obrigações de Fundos de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.519.659	38,92%	1.433.931	36,68%	5,98%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	1.196.364	16,29%	1.898.623	22,45%	-36,99%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	776.591	64,91%	273.105	14,38%	184,36%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	1.386	0,12%	1.386	0,07%	0,02%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	356.122	29,77%	1.457.610	76,77%	-75,57%
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	62.265	5,20%	166.522	8,77%	-62,61%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	1.986.568	27,04%	2.440.225	28,86%	-18,59%
Cessão de Direitos	659.328	33,19%	1.156.497	47,39%	-42,99%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.326.629	66,78%	1.276.336	52,30%	3,94%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	612	0,03%	7.391	0,30%	-91,73%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	6.788	0,09%	5.746	0,07%	18,15%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	251.308	3,42%	202.071	2,39%	24,37%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal(2019/2018)

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

A conta de Indenizações e Restituições está registrada em sua maioria na Unidade Gestora Encargos Gerais, no montante de R\$ 1.453.795 mil. Sendo que os principais valores nesta UG são R\$ 592.584 mil referentes aos Restos a Pagar Processado de 2018 do Ministério da Economia, R\$ 583.823 mil referentes aos Restos a Pagar Processado de 2017 da Secretaria de Estado de Fazenda e R\$ 194.110 mil referentes aos Restos a Pagar Processado de 2016 e 2017 do Banco do Brasil S.A.

A conta de Obrigações p/ Convênios Recebidos integra 23,07% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Seus valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 375.087 mil, na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de

R\$ 145.000 mil e na Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais no montante de R\$ 93.655 mil.

As Outras Obrigações a Pagar correspondem a 38,92% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Estão compostas em sua maioria por Credores de Contratos Renegociação no montante de R\$ 720.275 mil, Auxílios Financeiros a Estudantes e Pesquisadores no montante de R\$ 355.311 mil, Seguros a Pagar de Financiamentos no montante de R\$ 215.910 mil e Depósitos de Diversas Origens – Sem Disponibilidade Financeira no montante de R\$ 149.081 mil.

O montante dos Credores de Contratos Renegociação está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. Esta dívida de investimento vem sendo atualizada regularmente.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

A conta Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS, cujo saldo é R\$ 776.591 mil, apresentou os maiores valores registrados na unidade gestora Encargos Gerais no montante de R\$ 382.652 mil, na Administração Central – UERJ no montante de R\$ 137.017 mil e no Fundo Único de Previdência do ERJ – Executivo no montante de R\$ 92.212 mil.

A conta de Indenizações e Restituições – Intra OFSS está registrada em sua maioria na unidade gestora Encargos Gerais, no montante de R\$ 356.045 mil.

Os Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e os saldos discriminados estão compostos por Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento, no total de R\$ 62.265 mil .

Já as demais contas deste grupo, que são os Recursos Bloqueados (a liberar) por Vinculação de Pagamento e por Recursos a Liberar por Mandado de Arresto, por serem contas Permanentes, são expurgadas do Balanço Consolidado do Estado.

O total deste grupo deve manter paridade com contas de ativo, para que sejam eliminadas quando da consolidação dos balanços ao final do exercício. Esta Subsecretaria de Contabilidade vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA OFSS.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

A conta de Cessão de Direitos está composta integralmente por cessão de direitos – royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial. A variação negativa de 42,99% no montante de R\$ 497.170 mil, ocorreu principalmente devido às transferências do Estado para a União.

As Obrigações p/ Convênios Recebidos pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 552.261 mil, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM no montante de R\$ 237.645 mil e à Secretaria de Estado de Segurança – Em extinção no montante de R\$ 151.999 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Estados está composta por obrigações para convênios recebidos no montante de R\$ 4.035 mil e por obrigações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB no montante de R\$ 2.753 mil.

O FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, DF e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além destes recursos, também compõe o FUNDEB, uma parcela de recursos federais, quando o estado não alcançar o valor mínimo definido por aluno. Todo recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS MUNICÍPIOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Municípios está composta integralmente por obrigações para convênios recebidos. Os montantes mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Segurança – Em extinção no valor de R\$ 89.016 mil, na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 76.378 mil e na Secretaria de Estado de Transportes no valor de R\$ 54.214 mil.

4.21 Dívida Flutuante

Os componentes da dívida fluante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

Tabela 021 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %
	31/12/2019	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	31/12/2019	
Restos a Pagar	18.827.203	4.427.797	4.362.796	299.832	18.592.371	-1,25%
Exercícios Anteriores	18.827.203	-	4.362.796	299.832	14.164.574	-24,77%
Restos a Pagar Processados	18.439.973	-	4.162.523	132.879	14.144.572	-23,29%
Restos a Pagar Não Processados	372.452	-	200.274	154.721	17.458	-95,31%
Restos a Pagar - Decr. 40.874/07 e 41.377/08	14.778	-	-	12.232	2.545	-82,78%
Exercício de 2019	-	4.427.797	-	-	4.427.797	-
Sentenças Judiciais anteriores a 2015	28.879	-	-	-	28.879	0,00%
Depósitos	3.047.753	32.145.542	31.168.149	940.399	3.084.747	1,21%
Consignações	1.612.681	10.494.943	9.518.684	913.844	1.675.096	3,87%
Depósitos de Diversas Origens	1.435.072	21.650.599	21.649.466	26.555	1.409.651	-1,77%
Credores Entidades e Agentes	27.677	2.201	6.587	9	23.282	-15,88%
Total da Dívida Flutuante	21.931.513	36.575.540	35.537.532	1.240.241	21.729.280	-0,92%

A Dívida Flutuante de 2019 totalizou em R\$ 21.729.280 mil, conforme o total do Passivo Financeiro contido no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexo do Balanço Patrimonial Consolidado, apresentando um decréscimo de 0,92% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se principalmente ao fato das inscrições efetuadas terem sido menores que o somatório dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar. Os valores apresentados nos campos “Inscrição” e “Pagamento” estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro.

4.22 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCR. NO EXERCICIO e os créditos empenhados em liquidação, verificados na conta 631720101 – RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais posteriores a 2015 também estão inscritas e incluídas em “Restos a Pagar”.

Quanto ao estoque de restos a pagar em 31/12/2019, somou R\$ 18.592.371 mil, apresentando um decréscimo em relação ao ano anterior de 1,25%.

Segue demonstração do estoque de 2019 por Poder e Tipo de Administração:

Tabela 022.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração

RS Mil

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2019			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER LEGISLATIVO (I)	42.016	45.394	87.409	0,47%
01000 Assembléia Legislativa	17.198	4.514	21.712	0,12%
01610 Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ	0	18.017	18.017	0,10%
02000 Tribunal de Contas	24.817	21.044	45.860	0,25%
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	1	1.819	1.820	0,01%
PODER JUDICIÁRIO (II)	55.320	122.939	178.259	0,96%
03000 Tribunal de Justiça	39.562	18.740	58.302	0,31%
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	15.758	101.057	116.815	0,63%
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	0	743	743	0,00%
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	0	2.399	2.399	0,01%
MINISTÉRIO PÚBLICO (III)	34.142	72.469	106.610	0,57%
10000 Ministério Público	34.122	47.067	81.189	0,44%
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	20	25.402	25.422	0,14%
PODER EXECUTIVO (IV)	18.049.588	170.504	18.220.093	98,00%
Administração Direta	5.379.992	12.663	5.392.655	29,00%
Autarquias*	2.807.006	63.853	2.870.860	15,44%
Fundações	69.880	1.108	70.988	0,38%
Empresas Públicas	2.147.746	5.302	2.153.047	11,58%
Fundos*	7.555.767	86.272	7.642.039	41,10%
Sociedades de Economia Mista	89.197	1.307	90.504	0,49%
TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)	18.181.066	411.305	18.592.371	100,00%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: AV - Análise Vertical

*Obs.: Os Fundos 02610 (TCE), 03610, 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

A Subsecretaria de Contabilidade Geral aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2019, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria SUBCONT nº 005 de 05 de Fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial de 07 de Fevereiro de 2020. Cabendo observar que no montante de R\$ 18.592.371 mil está contido o saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 14.164.574 mil (informações extraídas do Quadro 21).

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:

Tabela 022.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

RS Mil

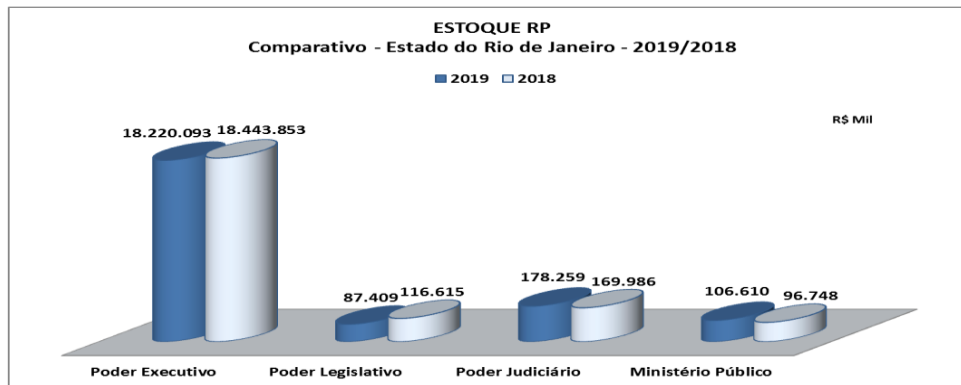
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
Poder Executivo	18.220.093	98,00%	18.443.853	97,96%	-1,21%
Administração Direta	5.392.655	29,60%	5.734.561	31,09%	-5,96%
Autarquias	2.870.860	15,76%	2.822.352	15,30%	1,72%
Fundações	70.988	0,39%	1.977.511	10,72%	-96,41%
Empresas Públicas	2.153.047	11,82%	61.605	0,33%	3394,91%
Sociedades de Economia Mista	7.642.039	41,94%	93.802	0,51%	8046,99%
Fundos Especiais	90.504	0,50%	7.754.022	42,04%	-98,83%
Poder Legislativo	87.409	0,47%	116.615	0,62%	-25,04%
Poder Judiciário	178.259	0,96%	169.986	0,90%	4,87%
Ministério Público	106.610	0,57%	96.748	0,51%	10,19%
TOTAL	18.592.371	100,00%	18.827.203	100,00%	-1,25%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Em 2019, o estoque de Restos a Pagar apresentou um decréscimo de R\$ 234.832 mil (1,25%) em relação ao exercício de 2018, tendo em vista que os pagamentos (e cancelamentos) de Restos a Pagar no exercício atingiram o montante de R\$ 4.662.629 mil, e as inscrições do exercício ficaram na ordem de R\$ 4.427.797 mil (informações extraídas do Quadro 21). A seguir, a demonstração gráfica, relaciona o estoque dos Restos a Pagar por Poder, dos dois últimos exercícios:



A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no artigo 6º do Decreto nº 46.472 de 24/10/2018. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Tabela 022.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo

R\$ Mil

FORNTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Divers	(822.098)	-	(822.098)
085 - Fonte Genérica	61.301	-	61.301
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(13.745.357)	4.291	(13.749.648)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	(1.088.808)	-	(1.088.808)
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	(56.845)	-	(56.845)
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desc	95.714	455	95.260
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petról	807.777	-	807.777
105 - Salário Educação	206.290	-	206.290
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Imq	(42.860)	-	(42.860)
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT	(16.911)	-	(16.911)
111 - Operações de Crédito	1.371.092	-	1.371.092
120 - Ressarcimento de Pessoal	253.068	-	253.068
122 - Adicional do ICMS - FECF	(2.199.198)	-	(2.199.198)
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	3.616	-	3.616
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serv	8.329	-	8.329
133 - Alienação de Bens	(97.933)	-	(97.933)
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	4	-	4
189 - Ingressos a Classificar	0	-	0
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021	-	49.021
191 - Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	-	363.228
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	13.266	-	13.266
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão One	21.100	-	21.100
195 - Operações Oficiais de Fomento	11.764	-	11.764
212 - Transferências Voluntárias	187.152	5.452	181.700
214 - Transferências do PAC	57.492	6.128	51.363
215 - Transferências do FUNDEB	34.896	-	34.896
218 - Transferências Intraorçamentárias	125.430	3.317	122.113
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	(8.830)	-	(8.830)
224 - Transferências Legais Recebidas da União	202.505	-	202.505
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	356.948	30.781	326.168
230 - Recursos Próprios	1.541.363	57.294	1.484.069
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	308.069	28.725	279.343
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serv	518.746	26.466	492.279
233 - Alienação de Bens	23.146	-	23.146
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenc	470.666	1.953	468.712
297 - Conservação Ambiental	209.394	195	209.200
TOTAL	(10.777.465)	165.057	(10.942.522)

Fonte: RGF - Anexo 5

Esta tabela (Poder Executivo) está em conformidade com o Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 4 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2019 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo negativo de R\$ 10.777.465 mil. No entanto como a inscrição é feita considerando o saldo financeiro por Fonte de Recursos foram inscritos R\$ 165.057 mil em Restos a Pagar não Processados.

Os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (conta 631110101) devem ser liquidados ou cancelados, no Poder Executivo até 31 de março e nos demais Poderes até 31 de dezembro do ano seguinte à sua inscrição. No entanto, os saldos dos empenhos a liquidar anteriores a 2019 das unidades gestoras contidas no quadro abaixo não foram cancelados em 2019, cabendo observar que a UG 123400 apresenta valor menor que mil reais.

Merece destaque o fato do saldo final do “Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do Balanço Orçamentário evidenciar os valores referentes aos restos a pagar não processados a liquidar (conta 631110101) no montante de R\$ 15.296 mil, aos restos a pagar não processados em liquidação (conta 631210101) no montante de R\$ 1.579 mil e aos restos a pagar não processados liquidados a pagar (conta 631310101) no montante de R\$ 583 mil.

Tabela 022.4 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

R\$ Mil

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	
016100 - FUNDO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ERJ.	10.044
020100 - TRIBUNAL DE CONTAS	799
026100 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DO TCE-RJ	1.085
053100 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RJ	426
110100 - DPGE - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	47
116100 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ERJ	433
123400 - FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RJ.	0
260100 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - EM EXTINÇÃO	2.398
266500 - FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DO ERJ	63
TOTAL	15.296

Fontes: SIAFE-Rio

4.23 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 023 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	3.692.415	100,00%	3.323.155	100,00%	11,11%
Pessoal a Pagar	3.692.415	100,00%	3.323.155	100,00%	11,11%
Pessoal a Pagar	1.313	0,04%	1.411	0,04%	0,00%
Salários, Remunerações e Benefícios	1.313	0,04%	353	0,01%	0,00%
Férias	-	0,00%	1.058	0,03%	0,00%
Precatório de Pessoal - Regime Especial	3.691.102	99,96%	3.321.744,49	1,00	11,12%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TI	334.928	9,07%	288.808	0,09	15,97%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - T.	3.471.876	94,06%	3.149.272	0,95	10,24%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Não Vencidos - TRF	983	0,03%	350	0,00	181,20%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios - TJ	(116.686)	-3,16%	(116.686)	-3,51%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

As Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP é composta em sua maioria por precatórios, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações. Essas compensações (R\$ 116.686) somadas àquelas registradas na tabela 025 (R\$ 724.701) guardam paridade com as compensações registradas na tabela 07.1 deste relatório (R\$ 823.063 + R\$ 18.324).

4.24 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Tabela 024 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	126.774.592	100,00%	144.894.537	100,00%	-12,51%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	115.113.275	90,80%	132.438.846	91,40%	-13,08%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	11.661.317	9,20%	12.455.691	8,60%	-6,38%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP- Interno	27.819.076	21,94%	93.456.918	64,50%	-70,23%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP- Externo	3.641.686	2,87%	4.349.750	3,00%	-16,28%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(27.819.076)	-21,94%	(93.456.918)	-64,50%	-70,23%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(3.641.686)	-2,87%	(4.349.750)	-3,00%	-16,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 126.774.592 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 115.113.275 mil, equivalentes à 90,80% do valor total.

O decréscimo na conta de “Empréstimos a Longo Prazo – Interno” se deu principalmente pela transferência de valores para o curto prazo.

Os valores de “Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a LP – Interno” e “(-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno” tiveram uma variação significativa, principalmente devido ao reajustamento negativo dos juros e encargos a vencer da Dívida Interna de longo prazo, conforme demonstrativo da SUCADP.

Destaca-se ainda, que do total do grupo, R\$ 126.706.391 mil estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 026/2016.

Os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

4.25 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 025 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	1.428.846	0,00%	888.124	0,00%	60,88%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	1.428.595	99,98%	887.873	99,97%	60,90%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ	2.146.820	150,27%	1.609.570	181,23%	33,38%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TRF	6.476	0,45%	3.005	0,34%	115,55%
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - Fornecedores TJ	(724.701)	-50,73%	(724.701)	-81,60%	0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	0,02%	251	0,03%	0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	100,00%	251	0,03%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta principalmente pelos Precatórios de Fornecedores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Do montante dos Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ foram deduzidos os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 724.701 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010, Lei Estadual nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 e demais normas legais aplicáveis.

4.26 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Tabela 026 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.113.716	100,00%	1.575.397	100,00%	-29,31%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	994.209	89,27%	1.256.220	79,74%	-20,86%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	119.507	10,73%	319.177	20,26%	-62,56%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.27 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Tabela 027 – Provisões a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	20.754.360	100,00%	194.405.774	100,00%	-89,32%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	515.534	2,48%	520.220	0,27%	-0,90%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	19.601.064	94,44%	193.243.089	99,40%	-89,86%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	31.791	0,15%	31.795	0,02%	-0,01%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	336.409	1,62%	340.735	0,18%	-1,27%
Outras Provisões a Longo Prazo	269.562	1,30%	269.935	0,14%	-0,14%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

As Provisões a Longo Prazo sofreram um decréscimo substancial de 89,32% em relação ao exercício anterior, devido à atualização das provisões matemáticas previdenciárias, conforme Nota Patrimonial 2019NP01830 emitida pelo Rioprevidência (UG 123400), em relação ao Relatório de Avaliação Atuarial 2020 (calendário 2019). Estas representam 94,44% do total das provisões a longo prazo. Este saldo se refere às aposentadorias, pensões e outros benefícios do plano financeiro do RPPS.

4.28 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiro não inclusos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 028 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	8.860.412	100,00%	9.070.898	100,00%	-2,32%
Outras Obrigações a Longo Prazo	8.860.412	100,00%	9.070.898	100,00%	-2,32%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.774.223	99,03%	8.763.902	96,62%	0,12%
Certificados de Privatização - CP	124.498	0	116.847	1,33%	6,55%
Perdas e Deságios em Investimentos	168	0	390	0,00%	-56,97%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	0	533.450	6,09%	0,00%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	16.580	0	13.688	0,16%	21,13%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	0	828.808	9,46%	0,00%
Depositos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	1	7.270.719	82,96%	0,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	73.846	0	110.769	1,22%	-33,33%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	12.342	0	196.227	2,16%	-93,71%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Seguem abaixo, alguns comentários sobre os itens das Demais Obrigações de Longo Prazo.

A) PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS

Em 2019, o valor de R\$ 168 mil refere-se à Companhia Fluminense de Securitização.

B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.211 mil.

C) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

D) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTER OFSS - UNIÃO

A rubrica Outras Obrigações a Longo Prazo – Inter OFSS – União está composta integralmente pela cessão de direitos – royalties do petróleo. São as obrigações do Estado devidas à União referentes ao Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial.

Em 2019, Verificou-se uma redução nominal de 93,71% (R\$ 183.885 mil) em relação ao exercício anterior. Esta variação ocorreu devido a transferência do longo para o curto prazo (na UG 370200 – Encargos Gerais) do contrato de cessão de crédito celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro com interveniência da ANP, Banco do Brasil e BANERJ nas modalidades de royalties e participação especial, conforme demonstrativo da SUCADP de 2019.

Tabela 028.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

	R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	2019	2018	AH %
Saldo Inicial	196.227	820.035	-76,07%
(-) Ajustes Cambiais	-	-	-
(-) Transferência do LP p/ o CP	(183.438)	(642.752)	-71,46%
(+) Atualização Monetária	422	18.943	-97,77%
(-) Atualização Monetária	(869)		
Saldo Final	12.342	196.227	-93,71%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.29 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de exercícios futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Tabela 029 – Resultado Diferido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	10.999.312	100,00%	11.041.461	100,00%	-0,38%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	10.999.491	100,00%	11.041.639	100,00%	-0,38%
Convênios Diversos	10.915	0,10%	10.923	0,10%	-0,07%
Lucro de Lotes Industriais	475	0,00%	1.787	0,02%	-73,39%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	35	0,00%	41	0,00%	-13,67%
Juros de Lotes Industriais	23	0,00%	73	0,00%	-68,08%
Receitas de Subvenções	10.159.360	92,36%	10.156.519	91,98%	0,03%
Receitas de Concessões	828.682	7,53%	872.297	7,90%	-5,00%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

As Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 10.159.360 mil, composta de R\$ 10.158.082 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos e R\$ 1.278 mil em Doações para Investimentos.

Dentre as Subvenções Governamentais para Investimentos, a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS apresentou um montante significativo de R\$ 9.973.211 mil.

4.30 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no passivo financeiro deste quadro (contas 6.3.1.1.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 6.3.1.7.1.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO), em consonância com a Lei 4.320/64, enquanto os mesmos não cumprem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

O Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 6,07% em relação ao saldo do exercício anterior, resultando uma variação negativa da ordem de R\$ 6.124.332 mil.

Tabela 030 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

RS Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.257.703)	487.856	4.418.800	10.339	46.538	(72.602.013)	34.030	(100.862.154)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(584.033)	-	(584.033)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(207.770)	-	-	-	-	(207.770)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(5.696.627)	-	(5.696.627)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	16.797	-	(154)	211.204	-	227.848
Ajuste Participação dos não Controladores	-	-	-	-	-	-	136.251	136.251
Saldos Finais	(33.257.703)	487.856	4.227.827	10.339	46.384	(78.671.469)	170.281	(106.986.486)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conforme demonstrado na DMPL, seguem as explanações referentes às mutações ocorridas no exercício de 2019:

- Os Ajustes de Exercícios Anteriores reduziram o patrimônio em R\$ 584.033 mil, com valores poucos relevantes em relação ao total da variação do Patrimônio Líquido.
- O resultado do exercício foi o que de fato contribuiu com o aumento do patrimônio, com um valor de R\$ 5.696.627 mil;
- Os Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas são referentes às exclusões dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do patrimônio líquido das controladas as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social, conforme evidenciados no item “n” das Principais Práticas Contábeis;
- A participação dos não controladores no Balanço Patrimonial foi atualizada, para o montante de R\$ 170.281 mil, conforme resultado da Equivalência Patrimonial. Sendo apresentado na DMPL 2019/2018 esse valor positivo da variação apurada no exercício no valor de R\$ 136.261.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos (4.31 e 4.32, respectivamente).

A seguir, segue quadro que evidencia a evolução do Patrimônio Líquido, segregado pelos tipos de administração.

Tabela 030.1 - Evolução do Patrimônio Líquido
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2017/2018/2019

R\$ Mil

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2018	2019
Administração Direta	(97.272.691)	(102.593.378)	(106.179.558)
Fundos Especiais	(152.659)	(632.709)	682.105
Administração Indireta (sem Regime Previdenciário)	4.564.397	5.943.082	6.634.740
SUBTOTAL	(92.860.953)	(97.283.006)	(98.862.713)
Regime Previdenciário	12.258.595	(3.579.149)	(8.123.774)
TOTAL	(80.602.359)	(100.862.154)	(106.986.486)

Fontes: SIAFE-Rio

Os resultados acumulados apresentaram um aumento do saldo deficitário em 8,36%, no qual as maiores variações ocorreram no Resultado de Exercícios Anteriores e no Resultado do Exercício, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Tabela 030.2 – Resultados Acumulados
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(78.671.469)	100,00%	(72.602.013)	100,00%	8,36%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(5.696.627)	7,24%	(2.663.238)	3,67%	113,90%
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	0,00%	(9)	0,00%	-
CONSTITUIÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS	-	0,00%	(10.922)	0,02%	-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	0,00%	(129)	0,00%	-
DIVIDENDOS	-	0,00%	(43)	0,00%	-
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(72.390.809)	92,02%	(51.170.459)	70,48%	41,47%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(584.033)	0,74%	(18.757.213)	25,84%	-96,89%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

4.31 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Contadoria Geral do Estado, atual Subsecretaria de Contabilidade Geral, aprovou e divulgou através do Ofício Circular SUBCONT nº 002, de 06 de Maio de 2019, modelo de Nota Explicativa para detalhamento das informações.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2019 um saldo negativo de R\$ 584.033 mil.

Tabela 031 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2019	AV %	2018	AV%	AH%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	(635.051)	100,00%	(18.755.301)	100,00%	-96,61%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(2.339)	0,37%	358.017	-1,91%	-100,65%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	41.743	-6,57%	1.479.833	-7,89%	-97,18%
DEA - Fornecedores e Credores	(128.562)	20,24%	(875.518)	4,67%	-85,32%
Baixa de Consignações	1.226	-0,19%	169.133	-0,90%	-99,28%
Incorporação de Créditos a Receber	53.486	-8,42%	286.004	-1,52%	-81,30%
DEA - Pessoal	(322.629)	50,80%	(1.176.261)	6,27%	-72,57%
Ajuste Dívida Ativa Não Tributária	2.608	-0,41%	(13.888)	0,07%	-118,78%
Reincorporação de Precatórios Judiciais	9.739	-1,53%	-	0,00%	-
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	7.459	-1,17%	62.058	-0,33%	-87,98%
Desincorporação de Créditos a Receber	(62.401)	9,83%	(351.771)	1,88%	-82,26%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(208.756)	32,87%	(216.772)	1,16%	-3,70%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	37.935	-5,97%	12.503	-0,07%	203,39%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	2.631	-0,41%	5.107	-0,03%	-48,48%
Ajustes de Provisões Matemáticas/Previdenc.	-	0,00%	(18.671.814)	99,55%	-100,00%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(67.189)	10,58%	178.067	-0,95%	-137,73%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	51.018	100,00%	(1.911)	100,00%	-2769%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	1.639	3,21%	5.662	-296,24%	28,95%
DEA - Fornecedores e Credores	291	0,57%	(7.930)	414,92%	-3,66%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	(241)	-0,47%	-	0,00%	-
DEA - Pessoal	34	0,07%	(306)	16,02%	-11,04%
DEA - Encargos Sociais	(1.231)	-2,41%	(9)	0,45%	14444,34%
Desincorporação de Créditos a Receber	(1.141)	-2,24%	(7.017)	367,13%	16,26%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(2.893)	-5,67%	-	0,00%	-
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(1.872)	-3,67%	-	0,00%	-
Baixa de Bens a Incorporar e Mat. em Transitio	-	0,00%	(0)	0,02%	0,00%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	56.431	110,61%	7.689	-402,29%	733,96%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(584.033)		(18.757.213)		-96,89%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

A Contabilidade Geral do Estado efetuou no exercício de 2014 o desmembramento das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores em dois grupos distinguindo-os no 4º nível do código da conta contábil, pelos dígitos “1” e “2”, sendo o primeiro para Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos e o segundo para Empresas e Sociedades de Economia Mista.

Abaixo, seguem os comentários sobre os AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES de maior relevância:

4.31.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados

A) DEA - PESSOAL

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 322.629 mil que se referem às incorporações de obrigações referentes à pessoal que não foram apropriados no passivo financeiro de exercícios anteriores. Os saldos negativos de maior representatividade pertencem ao Tribunal de Justiça no montante de R\$ 120.683 mil e ao Ministério Público no montante de R\$ 84.016 mil.

B) INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 208.756 mil que se refere ao cancelamento de RPP não prescrito. O saldo de maior representatividade pertence ao Fundo Especial de Administração Fazendária – FAF no montante de R\$ 207.473 mil.

C) DEA – FORNECEDORES E CREDORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 128.562 mil que se referem às incorporações de obrigações referentes a fornecedores e credores que não foram apropriados no passivo financeiro de exercícios anteriores. Os saldos negativos de maior representatividade pertencem ao Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 27.430 mil, ao Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 20.844 mil, ao Fundo Especial do Corpo de Bombeiros no montante de R\$ 13.912 mil e ao Ministério Público no montante de R\$ 13.045 mil.

4.31.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 56.431 mil que se referem em sua maioria ao registro Companhia de Transporte sobre Trilhos do ERJ – RIOTRILHOS no montante de R\$ 50.074 mil.

B) INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 2.893 mil que se referem em sua totalidade aos registros negativos no Instituto Vital Brazil SA.

4.32 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial de 2019 foi negativo em R\$ 5.696.627 mil, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Tabela 032 – Composição do Resultado Patrimonial
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2019	AV%	2018	AV%	AH%
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.908.527	13,94%	70.155.302	37,56%	-14,61%
Contribuições	3.045.536	0,71%	5.297.539	2,84%	-42,51%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	738.657	0,17%	1.217.484	0,65%	-39,33%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	15.000.887	3,49%	9.567.004	5,12%	56,80%
Transferências e Delegações Recebidas	27.311.471	6,36%	12.233.966	6,55%	123,24%
Valorização e Ganhos Com Ativos	297.288	0,07%	69.191.089	37,04%	-99,57%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	323.435.056	75,26%	19.130.438	10,24%	1590,68%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	429.737.423	100,00%	186.792.822	100,00%	130,06%
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	21.001.311	4,82%	23.336.278	12,32%	-10,01%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.961.045	4,81%	19.613.310	10,35%	6,87%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.901.894	2,04%	7.872.878	4,16%	13,07%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	21.308.693	4,89%	18.109.813	9,56%	17,66%
Transferências e Delegações Concedidas	32.947.793	7,57%	21.238.845	11,21%	55,13%
Desvalorização e Perda de Ativos	179.766.116	41,28%	22.489.494	11,87%	699,33%
Tributárias	729.706	0,17%	707.350	0,37%	3,16%
Custo Mercad.e Prod. Vend. e Serv. Prestados	867	0,00%	539	0,00%	61,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	149.816.623	34,41%	76.087.553	40,16%	96,90%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	435.434.050	100,00%	189.456.060	100,00%	129,83%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	(5.696.627)		(2.663.238)		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

➤ **As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 429.737.423 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no total de R\$ 59.908.527 mil, sendo seus valores mais significativos de R\$ 36.061.20 mil referentes à cota parte do Estado - ICMS, R\$ 6.470.662 mil referentes à cota parte do Estado – Dívida Ativa ICMS Inscrição após 97, R\$ 4.531.665 mil referentes ao adicional do ICMS – Lei 4.056/ 02 – FECPE e R\$ 3.781.173 mil referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos Trabalho.
- Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, totalizando R\$ 15.000.887 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às variações monetárias e cambiais no valor de R\$ 13.613.392 mil.
- Transferências e Delegações Recebidas, no montante de R\$ 27.311.471 mil, sendo R\$ 27.248.048 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 28.965 mil referentes às transferências de instituições privadas.
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, no montante de R\$ 323.435.056 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às reversões de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – plano financeiro no valor de R\$ 313.448.954 mil.

➤ **As Variações Patrimoniais Diminutivas resultam em R\$ 435.434.050 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 21.001.311 mil, sendo R\$ 18.212.424 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 330.988 mil referentes aos encargos patronais, R\$ 1.777.482 mil referentes aos benefícios a pessoal e R\$ 680.418 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no montante de R\$ 20.961.045 mil, sendo R\$ 15.885.867 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 4.625.336 mil referentes às pensões, R\$ 39.860 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 409.983 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.

- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no montante de R\$ 21.308.693 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às variações monetárias e cambiais no valor R\$ 21.099.887 mil.
- Transferências e Delegações Concedidas, no montante de R\$ 32.947.793 mil, sendo R\$ 32.945.243 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 2.487 mil referentes às transferências a instituições privadas e R\$ 64 mil referentes às transferências a instituições multigovernamentais.
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no montante de R\$ 179.766.116 mil, sendo R\$ 172.934.352 mil referentes à reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas, R\$ 5.831.675 mil referentes à incorporação de passivos, R\$ 922.981 mil referentes à desincorporação de ativos, R\$ 6.581 mil referentes às perdas com alienação e R\$ 70.528 mil referentes às perdas involuntárias.
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no montante de R\$ 149.816.623 mil, sendo que quase a totalidade foi referente à constituição de provisões no valor R\$ 139.842.560 mil.

Vale ressaltar que a Subsecretaria de Contabilidade Geral vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

RS Mil

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2018	Conta	Descrição	2018
421120101	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT CIVIL - RPPS	2.461.781.761	312120101	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.461.781.761
421120102	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR - RPPS	81.014.718	312120102	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL MILITAR	1.002.098.197
421129901	CONTRIBUICAO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	1.009.783.319	312920101	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	88.699.840
421120103	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	179.533.031	312120103	CONTRIBUIC PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	179.533.031
443920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	112.598.241	343920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	112.598.241
451120101	COTA RECEBIDA	29.246.137.708	351120101	COTA CONCEDIDA	29.246.137.708
451120201	REPASSE RECEBIDO	17.035.112.144	351120201	REPASSE CONCEDIDO	17.035.112.144
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	59.649.088	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	59.649.088
451120601	CREDITOS ENVIADOS	2.237.897.770	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	2.237.897.770
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	100.435.902	351120701	DEBITOS ENVIADOS	100.435.902
451220101	ORDEN DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	39.648.722	351220101	ORDEN DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	39.648.722
451220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS N	653.425.759	351220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALC	653.425.759
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS I	1.773.426.917	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALC	1.773.426.917
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	4.409.363.433	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	4.409.363.433
451220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NA O FINANCEIF	3.066.980.360	351220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NA O FINANCE	3.066.980.360
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.231.042.323	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.231.042.323
451220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXEC	10	351220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE E	10
451220207	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	17.531.361	351220207	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	17.531.361
451220208	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	97.425.469	351220208	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	97.425.469
451220209	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.729.717	351220209	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.729.717
451220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	50.840	351220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	50.840
451220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE	1.158.849.432	351220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES	1.158.849.432
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	3.378.500.243	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	3.378.500.243
464020104	GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - RESTOS A PAGAR PROCES	2.190.415	365020101	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTRA OFSS	2.190.415
TOTAL		68.376.108.684	TOTAL		68.376.108.684

Fonte: SIAFE-Rio

4.33 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Foi observada uma disparidade entre o valor obtido através da subtração dos Ativos Financeiros dos Passivos Financeiros contidos no QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES comparado ao Superávit Financeiro apurado QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO, ambos anexos do Balanço Patrimonial no valor de R\$ 65.220 mil. Tal disparidade se deu devido às equações de Validações Contábeis não regularizadas pelo Tesouro do Estado (UG 999900) no montante de R\$ 65.748 mil, além da diferença no valor de R\$ 523 mil na Secretaria de Estado de Infância e Juventude (UG 420100) e no valor de R\$ 5 mil na Secretaria de Estado de Fazenda (UG 200100). A UG RIOPREVIDÊNCIA (123400) apresentou saldo inferior a mil reais, motivo pelo qual o valor é apresentado zerado.

Segue abaixo a tabela com a diferença apurada:

Tabela 033 – Superávit / Déficit Financeiro

R\$ Mil

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
Anexo 14.3 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (A)	(8.582.037)
Superávit / Déficit Financeiro (B) = (C - D)	(8.516.817)
Ativos Financeiros (C)	13.212.463
Passivos Financeiros (D)	21.729.280
Diferença (E) = (A - B)	(65.220)

A composição da diferença apontada está evidenciada no quadro abaixo:

R\$ Mil

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	
123400 - RIOPREVIDENCIA	0
200100 - SEFAZ	5
420100 - SEJ	523
999900 - TESOURO ESTADUAL	(65.748)
TOTAL	(65.220)

4.34 Ativos e Passivos Contingentes

4.34.1 Passivos Contingentes

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

Em 2019 o Estado apropriou demandas judiciais no montante de R\$ 28.701.057 mil que representam riscos potenciais capazes de afetar as contas do governo, sendo a maior parte composta pelos passivos contingentes de demandas das Procuradorias Regionais e de pessoal nos valores de R\$ 8.360.258 mil e R\$ 5.588.787 mil respectivamente.

Nesse caso, foram levantadas as ações judiciais na qual o Estado já foi condenado no mérito, mas que ainda terão seus valores apurados e auditados. Em função disso, elas podem vir a gerar despesa em exercícios futuros.

O Estado mantém em sistema próprio de cadastro para acompanhamento de forma mais efetiva os processos judiciais e administrativos, com vistas à realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.

Apresentamos abaixo, tabela com as informações sobre os riscos potenciais para o Estado decorrente das demandas judiciais em andamento, segundo as informações da Procuradoria Geral do Estado, contabilizadas 8.4.1.1.1.01.00 PASSIVOS CONTINGENTES PREVISTOS e que servem de base para a elaboração do DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, conforme exigido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 034.1 – Passivos Contingentes

R\$ Mil

PASSIVOS CONTINGENTES		
Descrição	2019	AV %
Demandas Judiciais	28.701.057	100,00%
Tributárias	4.222.772	14,71%
Pessoal	5.588.787	19,47%
Dívida Ativa	968.559	3,37%
Previdenciária	1.424.000	4,96%
Serviços Públicos	2.468.019	8,60%
Trabalhistas	429.967	1,50%
Demandas das Procuradorias Regionais	8.360.258	29,13%
Demandas da Capital Federal	2.044.950	7,12%
Serviços de Saúde	3.193.745	11,13%

Fontes: SIAFE-Rio

4.34.2 Ativos Contingentes

Sempre que, como resultado de eventos passados, puder existir ativo possível cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou diversos eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade, está-se diante de um ativo contingente.

No Estado do Rio de Janeiro, temos o exemplo dos valores relativos aos direitos sobre as participações governamentais, classificadas em royalties e participações especiais. Estes se enquadram perfeitamente nesta definição de ativo contingente, uma vez que diversos eventos futuros incertos, tais como riscos geológicos, nível de produção, preço do barril e cotação do dólar, não são controlados pela entidade.

Não devem, portanto, os “royalties a receber”, cujos fatos geradores ainda não ocorreram, serem reconhecidos como ativos, sendo imperiosa a divulgação de notas explicativas descrevendo os ativos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como a estimativa de seu efeito financeiro (conforme item 39 da NPC TSP 03)

O saldo de royalties, que contribuía com quase a totalidade dos Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, (e representava uma parte substancial do total do Ativo) foi reclassificado para Ativo Contingente (conta 7.9.9.1.1.08.01 – RECURSOS DO PETRÓLEO A RECEBER) através da 2019NP01823.

4.35 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial

A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 035.1 – Quociente da Liquidez Imediata
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		AH %
	Valor	Índice	Valor	Índice	
Disponibilidade	10.046.914	= 0,15	7.225.685	= 0,20	-24%
Passivo Circulante	65.576.873		35.773.131		

R\$ Mil

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O índice de Liquidez Imediata calculado para 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,15 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um decréscimo de 24% da capacidade de pagamento do Estado ocasionado pelo aumento das disponibilidades proporcionalmente superior ao aumento das obrigações de curto prazo.

B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).

Tabela 035.2 – Quociente da Liquidez Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Ativo Circulante	40.743.267	= 0,62	35.597.270	= 1,00	-38%
Passivo Circulante	65.576.873		35.773.131		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O índice da Liquidez Corrente calculado para 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,62 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado não consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

Os Bens e Direitos de curto prazo apresentaram um pequeno acréscimo em relação ao exercício de 2018, sendo que as obrigações de curto prazo apresentaram um significativo aumento, perfazendo assim uma variação negativa de 38% da capacidade de pagamento do Estado em 2019.

C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 035.3 – Quociente da Liquidez Seca
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	38.172.955	= 0,58	33.229.879	= 0,93	-37%
Passivo Circulante	65.576.873		35.773.131		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O índice de Liquidez Seca calculado para 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,58 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um decréscimo de 37% em relação ao exercício anterior.

D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Tabela 035.4 – Quociente da Liquidez Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	87.880.317	=	257.466.159	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	239.200.525	=	400.972.477	=	-43%
					0,37
					0,64

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O índice de Liquidez Geral calculado para 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,37 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.

Pode-se observar que ocorreu uma diminuição de 43% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, principalmente pelo decréscimo do Ativo (saldo de royalties reclassificado para contas de controle, por se trata de um ativo contingente - conforme descrito no item 4.8) ter sido bem superior ao decréscimo do Passivo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Tabela 035.5 – Índice de Solvência
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	132.214.039	=	300.110.323	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	239.200.525	=	400.972.477	=	-26%
					0,55
					0,75

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O índice de Solvência calculado em 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,55 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um decréscimo de 26% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada principalmente pelo aumento expressivo do passivo total.

F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.

Tabela 035.6 – Quociente de Endividamento Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	239.200.525	= 1,81	400.972.477	= 1,34	35%
Ativo Total	132.214.039		300.110.323		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Endividamento Geral calculado para 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,81 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um aumento de 35% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo acréscimo expressivo do passivo.

G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.

Tabela 035.7 – Quociente de Composição do Endividamento
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Passivo Circulante	65.576.873	= 0,27	35.773.131	= 0,09	207%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	239.200.525		400.972.477		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Composição do Endividamento calculado em 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,27 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu um aumento de 207% de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

4.36 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais

A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

Tabela 036 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	429.737.423	=	186.792.822	=		
Variações Patrimoniais Diminutivas	435.434.050	=	189.456.060	=	0,99	0%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado em 2019 apresentou um índice perto de 1,00, demonstrando que houve um equilíbrio, ou seja, não houve alterações significativas no patrimônio líquido.

Não ocorreu variação em relação ao exercício anterior.

4.37 Resultado Orçamentário

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2019.

Tabela 037.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário
Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2019

R\$ Mil

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.507.655	5.672.745	7.234.617
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	3.703.900	3.703.900	3.968.670
Contribuições Sociais	3.703.900	3.703.900	3.968.670
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	15.614	15.614	12.566
Imobiliária	15.614	15.614	12.566
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	695.646	695.646	602.435
Serviços	695.646	695.646	602.435
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.080	96.080	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	96.080	96.080	-
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	996.414	1.161.505	2.650.946
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	60
Indenizações e Restituições	940.421	1.105.512	2.555.825
Receitas Diversas	55.993	55.993	95.061
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	228.360	456.407
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	228.360	228.341
Amortização de Empréstimos	-	228.360	228.341
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	0
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	-	-	0
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	228.066
Integralização de Capital Social	-	-	228.066
Total	5.507.655	5.901.106	7.691.024

Fonte: SIAFE-Rio

Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes a 2019:

Tabela 037.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2019

R\$ Mil

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.507.252	7.392.320	7.052.746	7.041.763	6.687.826
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.946.612	4.251.983	3.979.236	3.969.505	3.664.200
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.560.640	3.140.338	3.073.510	3.072.257	3.023.626
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	403	456.423	456.402	456.402	456.402
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	228.086	228.066	228.066	228.066
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	403	228.336	228.336	228.336	228.336
Total	5.507.655	7.848.743	7.509.148	7.498.165	7.144.228

Fonte: SIAFE-Rio

A partir do exercício de 2015, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, iniciou-se o registro das restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições de receita tributária entre os entes da Federação em contas “reduzoras de receita”, ou seja, os valores apresentados no Balanço Orçamentário já se encontram líquidos destas deduções.

No exercício de 2019 o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 2.688.089 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias do exercício de 2019 e 2018, estão apresentadas na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados no Volume 1 que compõe esta prestação de contas.

Tabela 037.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	68.230.626	100,00%	67.432.450	100,00%	1,18%
Receita Arrecadada	69.639.135	102,06%	69.352.345	102,85%	0,41%
Déficit/Superávit na Arrecadação	1.408.509	2,06%	1.919.895	2,85%	-26,64%
Dotação Inicial	80.373.869	100,00%	73.137.150	100,00%	9,89%
(+) Créditos Adicionais	28.345.545	35,27%	29.043.103	39,71%	-2,40%
(-) Dotação Cancelada	(22.017.819)	27,39%	(17.937.344)	24,53%	22,75%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Dotação Atualizada	86.701.595	107,87%	84.242.909	115,18%	2,92%
Despesa Realizada	66.951.046	77,22%	66.698.956	79,17%	0,38%
Economia Orçamentária	19.750.549	22,78%	17.543.953	20,83%	12,58%
Resultado Orçamentário	2019		2018		AH %
Déficit/Superávit Orçamentário	2.688.089		2.653.389		1,31%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou superior em 2,06% em relação ao previsto para o exercício de 2019, ocorrendo excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.408.509 mil.

Além disso, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 19.750.549 mil correspondentes a um percentual de 22,78%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 28.345.545 mil, que representaram 35,27% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 27,39% da dotação inicial.

Dentro do montante dos créditos adicionais, tivemos o valor de R\$ 2.101.016 mil referente à abertura de créditos adicionais por Superávit Financeiro.

4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.

Tabela 038.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Previsão Inicial da Receita	72.371.274	= 0,90	63.121.007	= 0,86	4%
Dotação Inicial da Despesa	80.373.869		73.137.150		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu um desequilíbrio orçamentário no exercício de 2019, tendo em vista que para cada R\$ 1,00 de Dotação Inicial da Despesa, o Estado teve uma Previsão Inicial da Receita de R\$ 0,90.

B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Tabela 038.2 – Quociente de Execução da Receita
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	69.639.135	= 1,02	69.352.345	= 1,03	-1%
Previsão Atualizada da Receita	68.230.626		67.432.450		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 1,02.

C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

Tabela 038.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	69.639.135	=	69.352.345	=	
Previsão Inicial da Receita	72.371.274		63.121.007		-12%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2019 demonstra que houve insuficiência na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 0,96.

D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 038.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	4.194.269	=	8.256.814	=	
Déficit/Superávit na Arrecadação	1.408.509		1.919.895		-31%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2019 apresenta saldo positivo, porém para cada R\$ 1,00 de Superávit na Arrecadação, o Estado abriu R\$ 2,98 de Créditos Adicionais.

E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos no exercício por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 038.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	2.101.016	= - 0,24	2.794.653	= - 0,23	5%
Superávit Financeiro	(8.582.037)		(12.020.422)		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2019 demonstra que o Estado não teve Superávit Financeiro positivo apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Tabela 038.6 – Quociente de Execução da Despesa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Despesa Executada	66.951.046	= 0,77	66.698.956	= 0,79	-2%
Dotação Atualizada da Despesa	86.701.595		84.242.909		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2019 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 19.750.549 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.

Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,77 de Despesa Executada.

G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

Tabela 038.7 – Quociente do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	69.639.135	=	69.352.345	=	0%
Despesa Empenhada	66.951.046	=	66.698.956	=	1,04

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

No exercício de 2019, o Estado apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 2.688.089 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário demonstra esse superávit, visto que foi empenhado apenas 96% da receita realizada.

H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Tabela 038.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada Corrente	68.913.075	=	66.135.835	=	4%
Despesa Empenhada Corrente	64.870.270	=	64.658.482	=	1,02

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 1,06 de Receita corrente, apresentando um superávit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente suportou as despesas correntes.

I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Tabela 038.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	69.639.135	=	69.352.345	=	
Despesa Paga	62.523.250	=	58.665.750	=	-6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2019 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,11 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

4.39 Resultado da Execução Financeira

O resultado da execução financeira no exercício de 2019 foi positivo em R\$ 4.667.134 mil, que somado ao saldo de caixa do exercício anterior, corresponde ao saldo de caixa para o próximo exercício, conforme verificado na tabela a seguir.

Tabela 039 – Resultado da Execução Financeira
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
					AH %
1 - Saldo em Espécie do Exercício Anterior	8.281.472		9.393.570		-11,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.225.685		8.884.528		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.055.787		509.041		
2 - Receitas	219.297.066		216.301.591		1,38
2.1 - Receitas Orçamentárias	69.639.135		69.352.345		0,41%
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-		-		0,00%
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	149.657.930		146.949.246		1,84%
3 - Despesas	214.629.932		215.273.518		(0,30)
3.1 - Despesas Orçamentárias	66.951.046		66.698.956		0,38%
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-		-		0,00%
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	147.678.886		148.574.562		-0,60%
4 - Resultado da Execução Financeira	4.667.134		1.028.073		353,97
5 - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	12.948.606		10.421.643		24,25

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Para fins de consolidação do Balanço Financeiro, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 61.205.011 mil em 2019, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 8ª edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções. A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2019 e 2018:

Tabela 039.1 – Deduções da Receita Orçamentária

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2019			2018		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A - B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D - E)
ORDINÁRIA	56.158.822	(18.160.094)	37.998.728	54.482.894	(17.841.666)	36.641.228
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	45.000.630	(16.725.772)	28.274.858	45.429.711	(16.907.051)	28.522.660
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	1.174.630	(71.564)	1.103.066	532.431	(17.622)	514.809
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	372.274	(148.931)	223.344	379.811	(151.924)	227.886
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	2.569.764	(701.516)	1.868.247	2.523.428	(704.073)	1.819.355
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	960.083	-	960.083	-	-	-
120 - Ressarcimento de Pessoal	103.107	-	103.107	110.959	-	110.959
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	23.982	(27)	23.955	27.519	(15)	27.504
224 - Transferências Legais Recebidas da União	147.528	-	147.528	164.269	-	164.269
230 - Recursos Próprios	2.812.366	(550)	2.811.816	2.524.379	(132)	2.524.246
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.994.458	(511.735)	2.482.723	2.790.389	(60.848)	2.729.541
VINCULADA	43.653.785	(12.013.377)	31.640.407	33.332.272	(621.156)	32.711.117
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	9	-	9	17	-	17
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	545.242	-	545.242	324.743	-	324.743
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	13.471.272	(12.003.248)	1.468.023	2.400.702	(602.366)	1.798.336
105 - Salário Educação	331.997	-	331.997	372.518	-	372.518
111 - Operações de Crédito	61.661	-	61.661	1.089.842	-	1.089.842
122 - Adicional do ICMS - FECF	4.051.756	(164)	4.051.592	4.742.770	(142)	4.742.628
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	39.455	(9.715)	29.740	66.127	(16.443)	49.684
133 - Alienação de Bens	214	-	214	-	-	-
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	1.153.204	-	1.153.204	-	-	-
195 - Operações Oficiais de Fomento	3.632	-	3.632	5.842	-	5.842
212 - Transferências Voluntárias	112.401	(250)	112.150	194.429	(2.204)	192.225
214 - Transferências do PAC	20.544	-	20.544	25.372	-	25.372
215 - Transferências do FUNDEB	2.751.459	-	2.751.459	2.756.528	-	2.756.528
218 - Transferências Intraorçamentárias	92.187	-	92.187	95.587	-	95.587
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	443.606	-	443.606	482.644	-	482.644
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	785.188	-	785.188	830.457	-	830.457
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	19.195.111	-	19.195.111	19.937.341	-	19.937.341
233 - Alienação de Bens	415	-	415	478	-	478
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	475.444	-	475.444	-	-	-
297 - Conservação Ambiental	118.990	-	118.990	6.874	-	6.874
TOTAL	99.812.607	(30.173.471)	69.639.135	87.815.166	(18.462.821)	69.352.345

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras (Disponibilidade Bruta) por fonte de recursos que compõem o grupo “8.9.9.3.1.01.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE”. O total desta conta não está refletindo corretamente os Caixas e Equivalentes de Caixa, registrados nas contas de ativo, devido às inconsistências de Validações Contábeis (LISCONTIR) não regularizadas no exercício, conforme mencionado no item 4.33.

Tabela 039.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS	2019	2018	AH %
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	433.379	464.277	-6,65%
Fonte 085 – Fonte Genérica	61.301	12.569	387,70%
Fonte 100 – Ordinários Provenientes de Impostos	(3.191.813)	(2.717.442)	17,46%
Fonte 101 – Ordinários Não Provenientes de Impostos	(4.216.610)	(5.729.662)	-26,41%
Fonte 102 – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	125.515	162.623	-22,82%
Fonte 103 – Royalties p/ Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	119.192	231.968	-
Fonte 104 – Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	1.722.367	1.169.991	47,21%
Fonte 105 – Salário Educação	226.742	167.781	35,14%
Fonte 107 – Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.007.402	1.205.053	-16,40%
Fonte 108 – Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	246.514	-	-
Fonte 111 – Operações de Créditos	1.828.330	1.688.250	8,30%
Fonte 120 – Ressarcimento de Pessoal	320.607	257.515	24,50%
Fonte 122 – Adicional do ICMS - FECP	6.593.732	6.672.288	-1,18%
Fonte 126 – Contribuição Intervenção Domínio Econômico - CIDE	4.071	343	1087,10%
Fonte 132 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	34.462	27.035	27,47%
Fonte 133 – Alienação de Bens	(1.927.684)	(1.927.898)	-101,79%
Fonte 188 – Repasses Constitucionais aos Municípios	16.139	(8.718)	-285,12%
Fonte 189 – Ingressos a Classificar	0	(0)	-102,47%
Fonte 190 - Depósitos Judiciais Tributários	201.497	201.497	0,00%
Fonte 191 – Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	495.000	-26,62%
Fonte 192 – Transferência Proveniente de Auxílio Financeiro	24.592	183.395	-86,59%
Fonte 193 – Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	1.141.831	-	-
Fonte 195 – Operações Oficiais de Fomento	13.101	9.711	34,90%
Fonte 212 – Transferências Voluntárias	217.734	276.906	-21,37%
Fonte 214 – Transferências do PAC	58.701	74.758	-21,48%
Fonte 215 – Transferências do FUNDEB	301.512	85.165	254,03%
Fonte 218 – Transferências Intraorçamentárias	127.487	114.761	11,09%
Fonte 223 – Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	9.833	5.780	70,12%
Fonte 224 – Transferências Legais Recebidas da União	203.401	158.483	28,34%
Fonte 225 – Sistema Único de Saúde - SUS	413.263	155.029	166,57%
Fonte 230 – Recursos Próprios	3.293.517	3.212.988	2,51%
Fonte 231 – Recursos Próprios do Rioprevidência	1.134.107	1.241.985	-8,69%
Fonte 232 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.527.449	1.897.993	-19,52%
Fonte 233 – Alienação de Bens	31.508	31.091	1,34%
Fonte 234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	470.893	-	-
Fonte 297 – Conservação Ambiental	209.406	90.578	131,19%
Total das Disponibilidades por Fonte	13.146.705	9.911.091	32,65%

4.40 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:

Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	2018	R\$ Mil
Resultado Orçamentário	2.688.089	2.653.389	2.653.389
Varição do Saldo em Espécie	4.667.134	1.028.073	1.028.073
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	12.948.606	10.421.643	10.421.643
Saldo do Exercício anterior	8.281.472	9.393.570	9.393.570

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise e Horizontal (2019/2018)

A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

Tabela 040.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	2018	R\$ Mil	AH %
Resultado Orçamentário	2.688.089	2.653.389		
Varição do Saldo em Espécie	4.667.134	1.028.073		
	= 0,58	= 2,58		-78%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise e Horizontal (2019/2018)

Tabela 040.1.1 – Variação do Saldo em Espécie

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	AV%	2018	AV%	AH%	R\$ Mil
VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE	4.667.134	100,00%	1.028.073	100,00%	353,97%	
Resultado Orçamentário	2.688.089	57,60%	2.653.389	258,09%	1,31%	
Resultado das Transferências	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Resultado Extraorçamentário	1.979.045	42,40%	(1.625.316)	-158,09%	-221,76%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise e Vertical

AH - Análise Horizontal (2019/2018)

A variação positiva do Saldo em Espécie obteve influência positiva do Resultado Orçamentário no montante de R\$ 2.688.089 mil.

O Resultado das Transferências permaneceu zerado nos dois exercícios, por se tratar de transferências INTRA-OFSS, cujos saldos foram excluídos dos demonstrativos consolidados.

Já o Resultado Extraorçamentário contribuiu positivamente para a variação do saldo em espécie, sendo seus valores de pagamentos menores que seus recebimentos.

B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Tabela 040.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	12.948.606	=	10.421.643	=	41%
Saldo do Exercício Anterior	8.281.472		9.393.570		
		1,56		1,11	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2019 foi de 1,56, demonstrando que ocorreu superávit financeiro. Verifica-se um acréscimo de 41% em relação ao exercício anterior, tendo em vista que a variação positiva do saldo em 2019 foi maior que a variação positiva de 2018.

Pode-se observar a diferença apurada entre o saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante positivo de R\$ 4.667.134 mil, indicando que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos.

4.41 Resultado dos Fluxos de Caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2019 foi positivo no montante de R\$ 2.821.230 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 041 – Resumo do Fluxo de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2019/2018

R\$ Mil		
Geração Líquida de Caixa	2019	2018
CAIXA INICIAL	7.225.685	8.884.528
Varição de Caixa	2.821.229	481.328
CAIXA FINAL	10.046.914	9.365.856

Fontes: SIAFE-Rio

Para fins de consolidação da DFC, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no montante de R\$ 61.205.011 mil em 2019, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

As Transferências Recebidas e Concedidas (Quadro 2FC) não mantêm total paridade entre seus montantes, tendo em vista são consideradas naturezas de despesas na linha Intragovernamentais das Transferências Concedidas, conforme o IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 041.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2019/2018

R\$ Mil						
FLUXOS	2019			2018		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	154.604.005	150.610.244	3.993.761	151.819.078	152.710.913	(891.836)
Investimentos	400.949	1.102.064	(701.115)	1.999.737	1.372.652	627.085
Financiamentos	325.111	796.528	(471.416)	1.216.773	470.694	746.079
Total	155.330.065	152.508.835	2.821.230	155.035.588	154.554.260	481.328

Fontes: SIAFE-Rio

- **Fluxo Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$ 3.993.761 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.

Os ingressos financeiros do fluxo operacional somam R\$ 154.604.005 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes às receitas tributárias, no montante de R\$ 61.864.977 mil e outros ingressos operacionais no montante de R\$ 85.690.930 mil.

Já os desembolsos do fluxo operacional somam R\$ 150.610.244 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à pessoal e demais despesas, no montante de R\$ 55.260.420 mil e outros desembolsos operacionais no montante de R\$ 85.622.790 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos**

O fluxo líquido das atividades de investimento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 701.115 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$ 400.949 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização de empréstimos e financiamentos concedidos no montante de R\$ 395.462 mil. Já os desembolsos do fluxo de investimentos somam R\$ 1.102.064 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à aquisição de ativo não circulante, no montante de R\$ 927.970 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos**

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 471.416 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de financiamentos somam R\$ 325.111 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes, no montante de R\$ 228.066 mil. Já os desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 796.528 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização/ refinanciamento da dívida, no total de R\$ 653.070 mil.

4.42 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:

Tabela 042 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019	2018	R\$ Mil
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.993.761	(891.836)	
Resultado Patrimonial	(5.696.627)	(2.663.238)	
Total do Passivo	239.200.525	400.972.477	
Total da Geração Líquida de Caixa	2.821.230	481.328	

Fontes: SIAFE-Rio

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 042.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil	
					AH %	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.993.761	=	(891.836)	=	0,33	-309%
Resultado Patrimonial	(5.696.627)	=	(2.663.238)	=		
		0,70				

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

Verifica-se que o Estado apresentou um aumento no fluxo de caixa operacional e apresentou um Resultado Patrimonial deficitário. Desta forma, verifica-se que o Caixa Líquido gerado nas Operações Patrimoniais não foi acompanhado pelo Resultado Patrimonial.

O ideal é que este quociente esteja próximo de 1, ou seja, quanto menor for a dispersão, melhor será a qualidade do resultado.

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

Tabela 042.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil	
					AH %	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.993.761	=	(891.836)	=	0,00	-851%
Total do Passivo	239.200.525	=	400.972.477	=		
		0,02				

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2019 foi 0,02, demonstrando que o Estado não gerou recursos suficientes para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Tabela 042.3 – Quociente da Atividade Operacional
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2018

DESCRIÇÃO	2019		2018		R\$ Mil	
					AH %	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.993.761	=	(891.836)	=	-	-176%
Total da Geração Líquida de Caixa	2.821.230	=	481.328	=	1,85	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2019/2018)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2019 demonstra que o caixa líquido gerado nas operações contribuiu positivamente para o total da geração líquida de caixa.

05 – Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6830, de 22 de Setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de Dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de Dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos

DECRETO Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de Fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de Outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de Outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de Maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de Agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de Fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de Dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de Novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de Janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de Junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.816, de 01 de Novembro de 2018 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2019, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.566, de 01 de Fevereiro de 2019 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2019, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de Agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 438, de 12 de Julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 634, de 19 de Novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 548, de 24 de Setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 06, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA STN/SPREV Nº 07, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 877, de 18 de Dezembro de 2018 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 179, de 27 de Março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de Dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 001, de 28 de Maio de 2018 – Define a data de início da operação exclusiva do Sistema Informatizado de Gestão de Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro – SBM RJ, para os bens móveis adquiridos, pelos órgãos e entidades que menciona.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 002, de 20 de Julho de 2018 – Altera a Portaria Conjunta CGE-SUBGEST Nº 001 de 28 de maio de 2018.

PORTARIA SUBCONT Nº 008 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020 - Aprova as Inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2019.

PORTARIA SUBCONT Nº 006 DE 12 DE JUNHO DE 2019 - Normatiza as Atribuições sobre o Fluxo no Processo de Liquidação da Despesa.

PORTARIA SUBCONT Nº 004 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018 - Disciplina os Procedimentos Relativos ao Sistema Extrator de Informações do Siafe-Rio denominado Flexvision e a Criação de Gestores de Flexvision nos Órgãos e Entidades, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT Nº 003 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Dispõe Acerca das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta Estadual e dos Fundos no Âmbito do Poder Executivo.

PORTARIA SUBCONT Nº 001 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Determina a Obrigatoriedade de Emissão da Declaração Anual do Contador, e dá Outras Providências.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 23/09/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 21/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 21/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 21/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 25/11/2016 – Estoques.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 25/11/2016 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 06 de 22/09/2017 – Propriedade para Investimentos.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 07 de 22/09/2017 – Ativo Imobilizado.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 08 de 22/09/2017 – Ativo Intangível.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 09 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 10 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 11 de 18/10/2018 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 12 de 18/10/2018 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 13 de 18/10/2018 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 17 de 18/10/2018 – Demonstrações Contábeis Consolidadas.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 18 de 18/10/2018 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922/2010, de 25/11/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESOLUÇÃO SEFAZ nº 366, de 21 de Dezembro de 2018 - Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2019.

Instruções

Instrução CVM nº 247, de 27 de Março de 1996 - Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPC 11 – Contabilização de Retenções

IPC 12 – Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

IPC 11 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria

OFICIO CIRCULAR SUBCONT nº002 Rio de Janeiro, 06 de maio de 2019 - Revoga o OFÍCIO CIRCULAR GAB/CGE nº 001/2018 e estabelece novas orientações quanto à emissão de Notas Explicativas de Ajustes de Exercícios Anteriores de forma DIGITALIZADA e que irão compor a Prestação de Contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro (Contas de Gestão).

06 – Considerações Finais

Apresentando a Prestação de Contas de Governo do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2019, e cumprindo atribuição privativa desta Subsecretaria de Contabilidade Geral - SUBCONT, chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, com base nas informações prestadas pelos órgãos e entidades do Estado, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa por parte de vários setores de nossa sociedade.

Enaltecemos a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Subsecretaria de Contabilidade Geral o qual facilita nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição e, para tanto, realizamos regularmente treinamentos específicos para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitam a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta jornada, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, assim como seus subsecretários, pelo apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.

STEPHANIE GUIMARÃES DA SILVA

Subsecretária de Contabilidade Geral do Estado

07 – Lista de Tabelas

LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa	43
Tabela 001.1 – Bancos.....	44
Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.....	45
Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo	46
Tabela 003.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio	51
Tabela 003.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52
Tabela 003.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.....	53
Tabela 003.3.1 – Créditos Intragovernamentais	55
Tabela 005 – Estoques.....	57
Tabela 006 – VPD Pagas Antecipadamente.....	58
Tabela 007 – Créditos a Longo Prazo	59
Tabela 007.1 – Dívida Ativa.....	60
Tabela 007.2 – Dívida Ativa Tributária LP	61
Tabela 008 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	62
Tabela 008.1 – Direitos sobre Concessões	63
Tabela 008.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo.....	65
Tabela 009 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.....	66
Tabela 010 – Estoques.....	67
Tabela 011 – Investimentos.....	67
Tabela 011.1 – Participações Societárias.....	68
Tabela 011.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial	69
Tabela 011.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento	69
Tabela 011.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos	70
Tabela 011.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos.....	71
Tabela 011.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária.....	72
Tabela 011.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos	72
Tabela 011.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores	72
Tabela 011.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores	73
Tabela 011.7 – Demais Investimentos Permanentes.....	74
Tabela 012 – Imobilizado	75
Tabela 012.1 – Bens Imóveis	77
Tabela 012.1.1 – Bens de Uso Especial.....	78
Tabela 012.1.2 – Bens Imóveis em Andamento	78
Tabela 012.1.3 – Demais Bens Imóveis	79
Tabela 013 – Intangível	80
Tabela 014 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	81
Tabela 014.1 – Pessoal a Pagar	81
Tabela 014.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar	82
Tabela 014.3 – Encargos Sociais a Pagar.....	82
Tabela 015 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	83
Tabela 016 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	84
Tabela 017 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	85
Tabela 018 – Obrigações de Repartições a Outros Entes	85
Tabela 019 – Provisões a Curto Prazo	86
Tabela 020 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	87

Tabela 020.1 – Valores Restituíveis	87
Tabela 020.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo	88
Tabela 021 – Demonstrativo da Dívida Flutuante	91
Tabela 022.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração.....	93
Tabela 022.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração.....	93
Tabela 022.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo	95
Tabela 023 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP.....	97
Tabela 024 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	98
Tabela 025 – Fornecedores a Longo Prazo.....	99
Tabela 026 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	100
Tabela 027 – Provisões a Longo Prazo.....	100
Tabela 028 – Demais Obrigações a Longo Prazo	101
Tabela 028.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo	102
Tabela 029 – Resultado Diferido	103
Tabela 030 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	104
Tabela 030.1 - Evolução do Patrimônio Líquido	105
Tabela 030.2 – Resultados Acumulados	105
Tabela 031 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	106
Tabela 032 – Composição do Resultado Patrimonial	108
Tabela 033 – Superávit / Déficit Financeiro	112
Tabela 034.1 – Passivos Contingentes	113
Tabela 035.1 – Quociente da Liquidez Imediata.....	114
Tabela 035.2 – Quociente da Liquidez Corrente.....	115
Tabela 035.3 – Quociente da Liquidez Seca	115
Tabela 035.4 – Quociente da Liquidez Geral.....	116
Tabela 035.5 – Índice de Solvência.....	116
Tabela 035.6 – Quociente de Endividamento Geral	117
Tabela 035.7 – Quociente de Composição do Endividamento.....	117
Tabela 036 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.....	118
Tabela 037.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário	119
Tabela 037.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário	120
Tabela 037.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário.....	121
Tabela 038.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário	122
Tabela 038.2 – Quociente de Execução da Receita	122
Tabela 038.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação.....	123
Tabela 038.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	123
Tabela 038.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	124
Tabela 038.6 – Quociente de Execução da Despesa	124
Tabela 038.7 – Quociente do Resultado Orçamentário	125
Tabela 038.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente.....	125
Tabela 038.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	126
Tabela 039 – Resultado da Execução Financeira.....	126
Tabela 039.1 – Deduções da Receita Orçamentária	127
Tabela 039.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos.....	128
Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros	129
Tabela 040.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro.....	129
Tabela 040.1.1 – Variação do Saldo em Espécie	129
Tabela 040.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.....	130
Tabela 041 – Resumo do Fluxo de Caixa	131
Tabela 041.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto.....	131
Tabela 042 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	132

Tabela 042.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	133
Tabela 042.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	133
Tabela 042.3 – Quociente da Atividade Operacional	134

8 – Lista de Siglas e Abreviaturas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA
FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NL	NOTA DE LANÇAMENTO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS
TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS